

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE PEDAGOGIA

ALESSANDRA FELISBERTO DO NASCIMENTO

**A QUESTÃO INDÍGENA NO LIVRO ESCOLAR NO ESTADO
NOVO (1937-1945).**

CRICIÚMA, JUNHO 2010.

ALESSANDRA FELISBERTO DO NASCIMENTO

**A QUESTÃO INDÍGENA NO LIVRO ESCOLAR NO ESTADO
NOVO (1937-1945).**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado
para obtenção do grau de graduação no curso
de Pedagogia da Universidade do Extremo Sul
Catarinense, UNESC.

Orientadora: Prof^a. Dra. Giani Rabelo

CRICIÚMA, JUNHO 2010.

ALESSANDRA FELISBERTO DO NASCIMENTO

A QUESTÃO INDÍGENA NO LIVRO ESCOLAR NO ESTADO NOVO (1937-1945).

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Graduação, no Curso de Pedagogia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Educação, Cultura e Ambiente.

Criciúma, 07 de Julho de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Giani Rabelo – Doutora (Unesc)- Orientadora

Prof^a. Lucy Cristina Ostetto – Mestre (Unesc)

Prof^a. Vera Maria Silvestri Cruz – Mestre (Unesc)

Para Elza e Eugênio meus pais.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a DEUS por me dar forças sempre e não me deixar desistir.

Aos meus pais que em nenhum momento deixaram de acreditar em mim e no meu potencial, me incentivando sempre.

As minhas irmãs Bruna e Fernanda que sempre estiveram ao meu lado.

Aos meus avós maternos Leontina e Valdemar (in memória) obrigada pelo carinho e apoio sempre.

A minha amiga Janaina que me incentivou a fazer o curso de Pedagogia.

As minhas amigas e colegas de trabalho Silvana, Nina, Samira, Vanusa e Andréia que sempre estiveram ao meu lado e acreditaram no meu potencial, obrigada pelo carinho e paciência que tiveram comigo.

A Dienifer amiga e colega de curso que foi fundamental para a escolha do tema deste trabalho, que com nossas conversas produtivas me incentivou a realizar esta pesquisa.

As minhas amigas Tatiana, Gislaine, Lidiane e Maiuly que me incentivaram e me auxiliaram nestes quatro anos de curso.

Agradeço a orientação da professora Giani Rabelo que acreditou no meu sonho e me auxiliou a amadurecer minhas idéias para escrever meu trabalho e assim realizar esta pesquisa.

Ao curso de Pedagogia em especial a professora Guiomar da Rosa Bortot pela atenção e também a nossa querida Jádina que durante esses quatro anos de curso foi um anjo em minha vida sempre com muito carinho me auxiliando em todas as situações, muito obrigada.

Muito obrigado as instituições pela qual eu passei neste percurso durante o curso.

Meus sinceros agradecimentos a todos.

“Lutei pelo bom, pelo justo e pelo melhor do mundo.”

Olga Benário Prestes

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo central compreender qual o lugar dos povos indígenas, nos livros didáticos, no processo de constituição do sentimento de nação, tão fortemente perseguido pelo Governo Vargas, principalmente no Estado Novo (1937-1945). Neste período o Brasil vive momentos de transformações, tanto do ponto de vista político, econômico, social quanto educacional. Para realizar esta pesquisa tomei o livro “História do Brasil”, de Basílio de Magalhães publicado no ano de 1942, pela Livraria Francisco Alves, como objeto de estudo. O autor, como outros da época, se referia aos índios como “selvagens”, no entanto, ao descrever a cultura indígena o autor conseguiu trazer elementos inovadores, pois há um detalhamento riquíssimo que procura mostrar a diversidade da cultura indígena. Mas, este detalhamento, em alguns momentos está associado a generalizações e homogeneização dos povos indígenas. Ao final da análise posso afirmar que o sentimento de nação foi fortalecido no momento em que o autor se preocupou em apresentar várias informações sobre os índios brasileiros, enfocando aspectos culturais, políticos e religiosos, todavia esse nacionalismo está pautado na ideia de que o homem branco está acima do índio, ou seja, a questão indígena apresenta diversidade, mas é inferior, rudimentar. Posso deduzir, diante disso, que o nacionalismo do Estado Novo se alicerçou fortemente na cultura e no modo de viver do homem branco em detrimento da cultura indígena e demais culturas.

Palavras-chave: História da Educação. Estado Novo. Livro Didático. Cultura Indígena.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

TCC- Trabalho de Conclusão de Curso

CNLD- Comissão Nacional do Livro Didático

UDN- União Democrática Nacional

PTB- Partido Trabalhista Brasileiro

PSD- Partido Social Democrático

DOPS- Departamento de Ordem Política e Social

DIP- Departamento de Imprensa e Propaganda

CLT- Consolidação das Leis do Trabalho.

INEP- Instituto de Estudos Pedagógico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 O ESTADO NOVO DE GETÚLIO VARGAS E AS TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO EDUCACIONAL.....	13
2.1 Contextualizando a Era Vargas.....	13
2.2 Educação na Era Vargas.....	21
3 OS LIVROS DIDÁTICOS NA ERA VARGAS E A COMISSÃO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO DO ESTADO NOVO	25
3.1 O papel da Comissão Nacional do Livro Didático	25
3.2 Alguns livros que circularam no Estado Novo 1937-1945.....	28
4 O LUGAR DO ÍNDIO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO BRASIL	32
4.1 Os livros didáticos como fonte de pesquisa para a História da Educação..	32
4.2 O lugar dos índios nos livros de História do Brasil	35
5 O LUGAR DO ÍNDIO NOS LIVROS DIDÁTICOS DO ESTADO NOVO	38
6 CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS.....	49
ANEXO A.....	51

1 INTRODUÇÃO

O problema escolhido para ser desenvolvido neste estudo está relacionado ao tema desenvolvido no Estágio Supervisionado dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, realizado no primeiro semestre do ano de 2009. Durante as observações em sala de aula percebi a necessidade das crianças em conhecerem a cultura indígena em Santa Catarina e, por isso, meu projeto de estágio caminhou nesse sentido.

Elaborei um projeto de estágio em que procurei mostrar como a cultura indígena está presente em nosso dia a dia e que, mesmo assim, não a percebemos, talvez por falta de informação ou de conhecimento.

A escola que escolhi para aplicar este projeto de estágio localizava-se no bairro Renascer, em Criciúma, tratando-se de um bairro formado por famílias de baixa renda e com crianças em situação de risco social, onde a diversidade étnica/racial está muito presente. Partindo desta realidade resolvi trabalhar a cultura indígena de Santa Catarina a fim de problematizar alguns conceitos para que fossem aprimorados e ressignificados pelos alunos.

Para estes alunos a rua era muito mais interessante do que a escola, sendo assim, elaborei um projeto de estágio que se aproximava da realidade daquela comunidade escolar, para que eles pudessem se reconhecer como sujeitos ativos no processo de construção do conhecimento.

Oliveira (1997. p. 99) afirma que “a interação social é fundamental para o desenvolvimento das formas de atividade de cada grupo cultural: o indivíduo internaliza os elementos de sua cultura, construindo seu universo intrapsicológico a partir do mundo externo”.

Parti do pressuposto que estar em contato com outras culturas é um dos pontos fundamentais para a apropriação do conhecimento e o desenvolvimento pessoal e intelectual dos alunos.

Tive muita dificuldade em selecionar o material para trabalhar em sala de aula, tendo em vista que a temática indígena é riquíssima e fascinante, mas ao final desta experiência conclui que havia sido bastante rica e resolvi então continuar desenvolvendo-a no Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

Buscando dar continuidade aos meus estudos propus uma investigação, em uma perspectiva histórica, sobre a temática indígena nos livros escolares, a fim de compreender como esta foi sendo abordada na escola.

O período escolhido foi o Estado Novo, ou seja, de 1937 a 1945 por sugestão da minha orientadora. Foi um dos momentos da história brasileira fortemente marcada pelas políticas nacionalistas. Queria compreender como os autores abordaram a questão indígena e a figura do índio, uma vez que os livros escolares ocuparam e ainda ocupam um lugar importante na formação dos alunos e, além disso, tal temática sempre esteve presente nestes artefatos escolares, principalmente naqueles de História do Brasil.

Muito do que se pensa hoje a respeito dos índios tem a ver com aquilo que aprendemos na escola, por meio das imagens e dos textos contidos nos livros que muitas vezes refletem a visão preconceituosa e equivocada que ainda se tem sobre a população indígena em nosso país.

A falta de sintonia entre as imagens e os textos contidos nos livros didáticos, tem contribuído para que o preconceito e a discriminação em relação aos povos indígenas sejam cada vez mais acentuados, tendo em vista que para muitos alunos estas imagens constituem a única representação sobre a temática que ele terá durante a sua vida.

Para realizar esta pesquisa tomei o livro “História do Brasil”, de Basílio de Magalhães publicado no ano de 1942, pela Livraria Francisco Alves, como objeto de estudo. Depois de uma lenta e minuciosa seleção encontrei este material na Estante Virtual (sebo virtual)¹. Outros livros também foram adquiridos e analisados, mas o livro mencionado circulou no Estado Novo, sendo que os demais eu não tinha certeza.

Como futura pedagoga, a partir deste estudo, procurei aguçar o meu olhar crítico e dos demais educadores que tiverem acesso ao meu trabalho, sobre a temática indígena nos livros didáticos, pois mais do que isto, é preciso nos perguntar como a temática indígena está sendo discutida por meio dos livros didáticos na atualidade, sendo que este, muitas vezes, é a única fonte de conhecimento utilizada por muitos professores e alunos.

¹ Rede de sebos virtual (<http://www.estantevirtual.com.br>)

Para muitos alunos é na escola que estudam determinados assuntos pela primeira e última vez, pois muitos nem seguem seus estudos. Diante desta realidade lanço uma questão: que tipo de cidadão queremos formar utilizando tais livros que, em muitos casos, ao invés de contribuir para a construção do conhecimento crítico colaboram para o preconceito e o racismo, neste caso, em relação aos povos indígenas?

Portanto, acredito que é preciso ter um olhar mais crítico com relação à temática indígena nos livros didáticos para que no momento em que os selecionarmos tenhamos a consciência de que, com o seu uso em sala de aula, estamos contribuindo para formar opiniões que alguns alunos levarão para o resto de suas vidas.

Para este estudo apresento o seguinte problema: qual o lugar dos povos indígenas, nos livros didáticos, no processo de constituição do sentimento de nação, tão fortemente perseguido pelo Governo Vargas, principalmente no Estado Novo? A fim de cercar o problema lanço algumas questões norteadoras: como a temática indígena é tratada nos livros escolares que circularam no Estado Novo? Que representações acerca dos índios aparecem nas imagens dos livros escolares da época? Como os textos dos livros escolares do Estado Novo abordaram a temática indígena?

Este será o primeiro trabalho sobre a questão indígena, em nível de TCC no Curso de Pedagogia da UNESC. Acredito que depois deste estudo quando tiver que escolher os livros didáticos a serem trabalhados em sala de aula, passarei a ter mais cuidado e uma visão mais criteriosa, sendo mais exigente e procurando não cometer equívocos.

Dessa forma, meu objetivo com este trabalho, em momento algum, será o de tornar-me especialista no assunto, mas contribuir para que os professores e professoras tenham uma visão crítica sobre a forma como é trabalhada a cultura indígena na escola, por meio do livro escolar, a fim de respeitá-la e valorizá-la.

Este estudo está vinculado à linha de Pesquisa *Educação, Cultura e Ambiente*, mais precisamente ao o Eixo Temático *Educação para a Diversidade* (Gênero, Etnias, Minorias e Diferenças).

No primeiro capítulo deste trabalho monográfico, contextualizarei historicamente a Era Vargas e as políticas educacionais.

No segundo capítulo discutirei o papel da Comissão Nacional do Livro Didático e ainda Alguns livros que circularam no Estado Novo 1937-1945.

No terceiro capítulo tratarei sobre os livros didáticos como fonte de pesquisa para a História da Educação e ainda o lugar dos índios nos livros de História do Brasil.

No quarto e último capítulo discutirei O lugar do índio nos livros didáticos do Estado Novo, em especial no livro “História do Brasil”, de Basílio de Magalhães publicado no ano de 1942 .

2 O ESTADO NOVO DE GETÚLIO VARGAS E AS TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO EDUCACIONAL

Neste capítulo contextualizarei a Era Vargas a fim de compreender melhor o que foi o Estado Novo (1937-1945). Posteriormente, apresentarei as transformações implementadas na Educação.

2.1 Contextualizando a Era Vargas

Primeiramente, para compreender o Estado Novo (1937-1945) e as transformações ocorridas no âmbito educacional faz-se necessária uma breve retrospectiva histórica da trajetória de Getúlio Vargas e sua ascensão à Presidência da República, ocorrida no ano de 1930.

Getúlio Dornelles Vargas nasceu em 19 de abril de 1883, em São Borja, Rio Grande do Sul, fronteira com a Argentina. Seus pais, Cândida Dornelles e Manuel do Nascimento Vargas, pertenciam a uma família de fazendeiros de destaque na política local. Getúlio teve quatro irmãos homens. Seus estudos foram orientados inicialmente para a carreira militar, mas em 1903, após vários incidentes na carreira, deu baixa no Exército e ingressou na Faculdade de Direito de Porto Alegre. (D'ARAUJO,1997, p. 13-14).

Formou-se em Direito no ano de 1907 e dois anos depois foi eleito deputado estadual pelo Estado do Rio Grande do Sul. Casou-se em 1911, com Darcy Lima Sarmanho, com quem teve cinco filhos. Em 1922, ocupou seu primeiro mandato de deputado federal, lançando-se na política nacional. Foi reeleito em 1924 e dois anos depois, em 1926, foi nomeado Ministro da Fazenda pelo presidente Artur Bernardes, cargo que ocupou por menos de um ano. Em 1928, com 46 anos de idade, Vargas sucedeu Borges de Medeiros no governo do Rio Grande do Sul, sempre pelo Partido Republicano Riograndense. (D'ARAUJO,1997, p.16).

Até os anos 30 do século XX, o poder dos cafeicultores na economia e na política brasileira era quase absoluto. O café que eles não conseguiam vender no exterior o governo comprava com dinheiro público. Inconformados com esta situação

e com os salários que ganhavam, além dos critérios de promoções, os tenentes organizaram o movimento chamado Tenentismo, na década de 1920.

Com um programa político bastante confuso, os “tenentes”, quase sempre oficiais oriundos das camadas médias urbanas, contestavam o domínio político da oligarquia cafeeira. Sentiam-se imbuídos de uma missão salvacionista. Queriam salvar o Brasil da corrupção eleitoral que dominava o cenário político da República Velha, através de reformas feitas pela força. (TOTA, 1987, p.8).

No mesmo período, um novo grupo composto por capitães e tenentes da classe média se junta aos tenentes e percorre o país, era a chamada Coluna Prestes, liderada por Luis Carlos Prestes, conhecido como “cavaleiro da esperança”.

A Coluna Prestes, iniciada no ano de 1925 sob a liderança de Luís Carlos Prestes e Miguel Costa, pretendia despertar o interesse do povo brasileiro na luta contra o domínio da oligarquia cafeeira paulista. Percorreu o interior do país até o ano de 1927, lutando contra as forças do governo, sem conseguir seu objetivo. Com isso, a única saída que restou aos ‘tenentes’ da Coluna Prestes foi o exílio na Bolívia. (TOTA, 1987, p. 9).

Novas eleições foram anunciadas em 1930. Entrava em vigor no país a política do café-com-leite, ou seja, a política comandada por dois Estados que dominavam a economia no país, os produtores de café de São Paulo e os produtores de leite de Minas Gerais. Esperava-se que o então presidente da República, o paulista Washington Luís anunciasse como seu sucessor alguém de Minas Gerais, mas não foi o que aconteceu, pois insistiu em indicar outro paulista, quebrando a rotina estabelecida de revezamento no poder. Vargas foi convidado a se aliar ao governador de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, e na busca de uma candidatura de oposição para apoiá-lo, foi criado um movimento político chamado Aliança Liberal.

A plataforma da Aliança Liberal não era muito diferente das propostas da oligarquia tradicional. No entanto, apresentava algumas inovações que iam ao encontro de parte dos anseios e reivindicações das massas trabalhadoras urbanas: além do voto secreto e feminino, os aliancistas propunham o estabelecimento de jornada de oito horas de trabalho por dia para a classe operária. (TOTA, 1987, p. 10-11).

O candidato a presidente apoiado por Washington Luis e os cafeicultores foi o paulista Júlio Prestes. A Aliança Liberal lançou para presidente o gaúcho

Getúlio Vargas e para vice o paraibano João Pessoa. Júlio Prestes vence as eleições, mas os derrotados alegam fraude e promovem uma revolta armada. João Pessoa foi assassinado a mando de Washington Luís, que foi obrigado a renunciar e Vargas assume o governo provisório.



Figura: 1: Getúlio Vargas em trajes militares logo após assumir o governo provisório, em 1930.
Fonte: www.mundoedacacao.com.br.

À frente do governo provisório, Vargas abandona a Constituição e as eleições, desencadeando a Revolução Constitucionalista de 1932, encabeçada pelos paulistas².

Em três meses a Revolução Paulista foi derrotada por gaúchos, mineiros e cariocas leais ao governo. Pressionado pela oposição, Vargas promulga nova Constituição dois anos depois, ou seja, 1934 e torna-se presidente eleito pelo Congresso Nacional.

Luis Carlos Prestes, líder comunista, que havia sido exilado na União Soviética volta clandestinamente ao Brasil em 1935 com sua esposa, a comunista alemã Olga Benário e aqui tentam promover uma revolução comunista. Getúlio Vargas reage com a lei de segurança nacional, os comunistas são colocados na

² Entre os que não apoiavam as diretrizes centralizadoras de Getúlio estava a oligarquia paulista, a mais poderosa do país. Em 9 de julho de 1932, essa oligarquia, surpreendendo o governo, iniciou uma guerra civil para exigir que o país tivesse eleições e uma constituição. Vargas reagiu imediatamente e, com o apoio da maior parte do

ilegalidade e partem para a tomada das armas em um movimento chamado Intentona Comunista. Este movimento “[...] sinalizava para o governo as perspectivas dos comunistas e sua capacidade de mobilização. O cerco ao comunismo foi rápido e certo [...]”. (D’ARAUJO, 1997, p 26). Luis Carlos Prestes, juntamente com militares e civis, foi preso a mando de Vargas, após decretar estado de sítio.

Em 1937, Getúlio Vargas fecha o Congresso Nacional e anuncia pelo rádio o começo do Estado Novo (1937-1945), regime sem legisladores e nem partidos. Neste cenário opositores protestam e vão presos.



Figura: 2: Getúlio Vargas fala à nação por ocasião da instauração do Estado Novo, na presença de outras autoridades no palácio do Catete. 10 de novembro de 1937, Rio de Janeiro Brasil.

Fonte: www.cpdoc.fgv.br, arquivo Getúlio Vargas.

No Estado Novo a ditadura é instaurada, Vargas fechou os partidos políticos e criou o Departamento de Imprensa e Propaganda-DIP, em que toda a imprensa escrita e falada deveria divulgar uma imagem popular e simbólica de Getúlio, assim “centenas de obras apologéticas sobre Vargas e sua vida eram distribuídas nas escolas para doutrinar as crianças e jovens”. (D’ARAUJO, 1997, p 29).

Além da censura também existia a repressão. Foi criado o Departamento de Ordem Política e Social-DOPS, com o objetivo de controlar e reprimir movimentos

Exército, impediu a adesão de outros estados, isolou São Paulo e derrotou em poucos meses. (D’ARAUJO, 1997, p. 23-24).

políticos e sociais contrários ao regime no poder. Por meio deste órgão prendia-se, torturava-se, assassinava-se e deportava-se pessoas que ameaçassem a ordem nacional. Entre as vítimas da repressão estava a esposa de Luis Carlos Prestes, “Olga Benário, enviada para um campo de concentração nazista quando estava grávida de poucos meses.” (D’ARAUJO, 1997, p 31).³



Figura: 3: Getúlio Vargas: herói do povo e ídolo das crianças.
Fonte: brasil.indymedia.org

Getúlio Vargas utilizava o maior veículo de comunicação da época para manipular o povo e coagir seus adversários políticos, fazia também seus discursos utilizando o rádio para chegar às grandes massas. O DIP tinha por fim:

Centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional interna ou externa e servir permanentemente como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas, na parte que interessa à propaganda nacional. (TOTA, 1987, p. 34).

³ No ano de 1942, após dar a luz a sua filha, Anita, Olga Benário foi morta na câmara de gás em um campo de concentração de Judeus na Alemanha.

O programa “Hora do Brasil” foi uma das criações do DIP, que tinha a função de levar informações do governo e de cultura popular para o povo brasileiro. De acordo com D’Araujo (1997, p. 32):

Durante seu governo foi criado um programa diário de rádio, Voz do Brasil, por meio do qual Vargas se comunicava com as massas e, em seus discursos saudava os trabalhadores do Brasil. Criou, com bastante sucesso, a imagem de pai dos pobres, de chefe trabalhista, ou seja, de líder político que se interessava pelos problemas dos trabalhadores e procurava encaminhar soluções.

Getúlio Vargas conseguia êxito com seu programa político ao utilizar o rádio para chegar às massas. Mesmo com um regime político ditatorial ele era aclamado e querido pelo povo brasileiro.

Sempre pelo rádio, Getúlio Vargas anunciava benefícios sociais e aumentos de salários no dia do trabalho:

[...] a partir de 1930, com a criação do Ministério do Trabalho, até 1943, com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o país andou mais rápido na confecção de novas leis e na vigilância para que elas fossem cumpridas. [...] Em 1932, quando foi criada a carteira de trabalho, foi também proibido o trabalho para menores de 14 anos, estabelecida uma carga horária de 8 horas para trabalhadores da indústria e do comércio e proibindo o trabalho noturno. Foi ainda regulado o trabalho feminino, garantida igualdade salarial e alguma proteção à gestante. Neste mesmo ano houve ainda o reconhecimento das profissões, isto é, o governo passava a reconhecer quais as profissões que podiam existir, papel que exerce até hoje. (D’ARAUJO, 1997, p. 83-84).

Lembrando que os benefícios mencionados acima só atingiam os trabalhadores urbanos que pertenciam a uma categoria de profissão regulamentada, ou seja, só beneficiava uma parcela da população que se encaixava neste perfil, assim a cidadania infelizmente não chegava a todos.

O aniversário de Getúlio, 19 abril, costumava ser uma festa comparada ao dia 7 de setembro e ao Natal. Sempre valorizou muito o futebol, o teatro, o cinema e a música popular.

Dessa forma, o nacionalismo nascia na Era Vargas, o rádio era o veículo condutor da campanha de Getúlio, defendia as riquezas naturais do país. Segundo Aranha (2006, p. 295), “enquanto manipulava a opinião pública pela propaganda do governo e pela censura, sufocava a oposição com prisões, tortura, exílio.”

O Estado Novo foi marcado pela criação de várias instituições, comissões e conselhos que auxiliaram na implementação das políticas públicas. Para D'Araujo (1997, p. 60) os "Conselhos, comissões autarquias, institutos passaram a ser os canais de participação que os setores industriais, agrícolas e financeiros dispunham para participar, expor pontos de vista e defender seus interesses."

Nos anos que antecederam a II Guerra Mundial, o Brasil, enfim, define-se e cria aliança com os Estados Unidos, recebendo o presidente em Natal, capital do Rio Grande do Norte, em troca de financiamento para metalurgia. Vargas passa a fornecer materiais estratégicos, permitindo que tropas dos Estados Unidos se instalem no nordeste e declara estado de guerra com a Alemanha, Itália e Japão. "[...] o Brasil acabou dando permissão para que os Estados Unidos construíssem bases aéreas no Nordeste brasileiro." (D'ARAUJO, 1997, p. 29).

Soldados do Brasil lutam na Itália contra os ditadores Benito Mussoline e Adolf Rittler. Terminada a guerra, no Brasil a oposição começa a desafiar a censura. A polícia e a política de Vargas acabam anistiando presos e exilados políticos, entre eles estava Luis Carlos Prestes, Vargas não consegue evitar os movimentos para derrubá-lo e estes se aceleram.

Com o apoio do Ministério do Trabalho e do DIP, foi criado um movimento de apoio a Vargas, integrado por políticos e sindicalistas, que tinham como lema 'Queremos Getúlio'. Esse movimento ficou conhecido com Queremismo. Na verdade, os queremistas eram aqueles que queriam a continuidade de Getúlio no poder, ou aqueles que não queriam perder suas posições e seus empregos. (D'ARAUJO, 1997, p. 31).

O presidente foi deposto pelos mesmos generais que, por duas vezes, o colocaram no poder, os amigos de 1930 e 1937 viraram inimigos em 1945. De acordo com D'ARAUJO "[...] dois grandes partidos foram criados para defender seu legado: o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O primeiro representando os interesses dos grandes proprietários e empresários e o segundo representando os trabalhadores e os sindicatos." E ainda houve a criação de um terceiro partido que reuniu todos os opositores de Vargas chamado União Democrática Nacional (UDN), formado por intelectuais da classe média.

"Em 29 de outubro de 1945, um grupo de generais afastava Vargas do poder" (D'ARAUJO, 1997, p. 31). Do retiro em São Borja, sua cidade natal, Vargas apoia o general Eurico Dutra para sucedê-lo na presidência. Dutra é eleito além de

vários parlamentares getulistas. O comunista Luis Carlos Prestes é o senador mais votado, mas vai para a ilegalidade novamente. O presidente Dutra caça e prende parlamentares, intervém nos sindicatos, se alia aos Estados Unidos e rompe com a União Soviética.

O PTB ganhou espaço e anunciou Vargas como candidato a presidência nas eleições de 1950, concorrendo com dois outros candidatos. Vargas venceu as eleições com metade dos votos válidos [...] percentual sem dúvida expressivo, se for levado em conta que a legislação da época exigia apenas maioria simples [...] (D'ARAUJO, 1997, p. 36) e mais uma vez assume a presidência do Brasil e defende as riquezas do país, agradando aos nacionalistas, bem como ataca ao monopólio do capital estrangeiro, desagradando a elite.

Getúlio Vargas foi o presidente brasileiro de maior permanência no poder ao longo de dois períodos de governo, o primeiro de 15 anos e o segundo de aproximadamente quatro anos, portanto governou o país por quase 19 anos, sua imagem variou de ditador temido a pai dos pobres e defensor dos trabalhadores.

A educação se torna um dos pontos fortes do mandato de Getúlio Vargas, por meio dos livros escolares, que ele utiliza como instrumento para alcançar o nacionalismo. Este objetivo estava circunscrito no contexto de uma política de nacionalização do ensino.

Sobre esta política Schwartzman, Bomeny e Costa (2000, p. 157-158) assim se manifestam:

É possível distinguir pelo menos três aspectos neste esforço de nacionalização. Primeiro, haveria que dar um conteúdo nacional à educação transmitida nas escolas e por outros instrumentos formativos. A natureza mais precisa deste "conteúdo nacional" jamais ficou totalmente definida, mas é claro que ela não incorporaria aquela busca às raízes mais profundas da cultura brasileira que faziam parte da vertente andradiana do projeto modernista; ao contrário, tiveram preferência os aspectos do modernismo relacionados com o ufanismo verde e amarelo, a história mitificada dos heróis e das instituições nacionais e o culto às autoridades. Não faltava a esta noção de brasilidade, transmitida nas publicações oficiais e nos cursos de educação moral e cívica, a ênfase no catolicismo do brasileiro, em detrimento de outras formas menos legítimas de religiosidade. Finalmente, a nacionalidade deveria firmar-se pelo uso adequado da língua portuguesa de forma uniforme e estável em todo o território nacional. O segundo aspecto era, precisamente, a padronização. A existência de uma "universidade-padrão", de escolas-modelo secundárias e técnicas, de currículos mínimos obrigatórios para todos os cursos, de livros didáticos padronizados, de sistemas federais de controle e fiscalização, tudo isto correspondia a um ideal de homogeneidade e centralização de tipo napoleônico, que permitiria ao ministro, de seu escritório no Rio de Janeiro, saber o que cada aluno estava estudando em cada escola do país em um momento dado. O terceiro

aspecto, finalmente, era o da erradicação das minorias étnicas, lingüísticas e culturais que se haviam constituído no Brasil nas últimas décadas, cuja assimilação se transformaria em uma questão de segurança nacional.

Assim compreende-se que Getúlio Vargas utilizou a educação para propagar um sentimento de nação e a escola e o livro didático constituíram-se em fortes instrumentos para alcançar este objetivo.

2.2 Educação na Era Vargas

Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930, o processo de industrialização exigiu mudanças nas políticas públicas voltadas para a educação, pois até então não existia nenhum documento legal que tratasse das questões educacionais do Brasil.

A escola, neste período, foi um espaço importante na construção da identidade e do sentimento patriota de um novo sujeito almejado pelo Governo Vargas. Associada a isto, a burguesia também tinha seus interesses. De acordo com Aranha (2006, p. 294):

Após a Primeira Grande Guerra, com a industrialização e a urbanização formou-se a nova burguesia urbana, e estratos emergentes de uma pequena burguesia exigiam o acesso à educação acadêmica. Retomando, porém, os valores da oligarquia, esses segmentos aspiravam à educação acadêmica e elitista e desprezavam a formação técnica, considerada inferior. O operariado precisava de um mínimo de escolarização e começaram as pressões para a expansão da oferta de ensino. A situação era grave, já que na década de 1920 o índice de analfabetismo atingiria a alta cifra de 80%.

Com a revolução industrial e a expansão das grandes cidades devido à imigração dos estrangeiros e à migração da população rural atraída pela oferta de emprego, Getúlio Vargas se depara com novos problemas e seu primeiro ato foi o decreto n° 19.402, de 14 de novembro de 1930, com a criação do Ministério da Educação e da Saúde, que previa a centralização do Estado nas questões ligadas à educação e saúde.

Com este ato Vargas tinha como objetivo diminuir o analfabetismo já que o ensino primário não era obrigatório e no ensino secundário poucos conseguiam chegar. O número de escolas era pequeno para a quantidade de alunos, pois com a

industrialização do país surgiu a necessidade da mão de obra especializada para trabalhar nas indústrias que aqui começavam a se instalar em maior número.

Francisco Campos foi escolhido Ministro da Educação em 1930 e assim:

O ensino secundário passou a ter dois ciclos: um fundamental, de cinco anos e outro complementar de dois anos, este último visando a preparação para o curso superior. Pretendia-se, assim, evitar que o ensino secundário permanecesse meramente propedêutico, descuidando-se da formação geral do aluno. (ARANHA, 2006, p.305).

No ano de 1931, com o então Ministro dos Negócios da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos inicia a primeira reforma do ensino, abrangendo todo o país. De acordo com Zotti (2006, p. 3):

Nas ideias político-educacionais de Francisco Campos estava a crença de que a reforma da sociedade se concretizaria mediante a reforma da escola, da formação do cidadão e da produção e modernização das elites. Em seu ideário estava claro que a formação das elites era a prioridade, bem como defendia que essa mesma elite tinha as condições para decidir quais deveriam ser os rumos da educação para os demais.

Neste cenário, os intelectuais também desejavam mudanças no campo educacional, buscando romper com o dualismo educacional. No ano de 1930 publicam o Manifesto dos Pioneiros da Educação encabeçado por Anísio Teixeira que:

[...] defendia a educação obrigatória, pública, gratuita e leiga como dever do Estado, a ser implantada em programa em âmbito nacional. Um dos objetivos fundamentais expressos no Manifesto – que certamente fora redigido por Anísio Teixeira - era a superação do caráter discriminatório e antidemocrático do ensino brasileiro, que destinava a escola profissional para os pobres e o ensino acadêmico para a elite. (ARANHA, 2006, p.303-304).

Anísio Teixeira defendia uma educação para todos, sem discriminação e atendendo todas as camadas sociais, mas sua atitude e ideologia lhe custaram caro, pois perdeu o posto de reitor da Universidade do Distrito Federal sendo designado a cargos sem muita expressão e notoriedade como punição por se manifestar contra a ideologia da época e ir contra a igreja católica. De acordo com Ferreira (2008, p.32):

O governo realizava, portanto, uma política que incluía significativas concessões aos católicos e militares. Alguns militantes da Escola Nova acabaram beneficiando-se com postos públicos importantes no período, como, por exemplo, Lourenço Filho, que se tornou diretor do Instituto

Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e outros defensores do movimento, integrados a instituições de ensino e comissões de fiscalização, como Carneiro Leão, Jonathas Serrano e Delgado de Carvalho. Nomes expressivos do movimento, como Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira caíram no ostracismo ou ocuparam cargos sem relevância nas decisões políticas do regime

Como era dever do Estado fundar instituições de ensino para suprir a carência educacional, houve um investimento intenso por parte do governo no ensino técnico e profissionalizante. No ano de 1942 foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). De acordo com Silva (1980, p. 33) “destinava-se a organizar e administrar, em todo o país, escolas de aprendizagem para industriários” e ainda o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

A lei Orgânica do Ensino Industrial, por seu turno, cuidava de estabelecer as bases da organização e do regime, do ramo de ensino secundário destinado à preparação profissional de elementos ligados à indústria, às atividades artesanais, aos transportes, comunicações e à pesca. Considerava-se que o ensino industrial deveria, em primeiro lugar, atender “aos interesses do trabalhador, realizando a sua preparação profissional e a sua formação humana” e, ainda aos “interesses das empresas, nutrido-as segundo as necessidades crescentes e mutáveis, de suficiente e adequada mão de obra”. Finalmente, esse ramo de ensino deveria atender “aos interesses da nação, promovendo continuamente a mobilização de eficientes construtores de sua economia e cultura. (SILVA, 1980, p. 31-32).

A oferta de mão de obra especializada para se trabalhar nas indústrias do país visava o lucro da burguesia, tendo em vista que este tipo de curso como o SENAI e SENAC era para as camadas mais populares e era uma forma de educar a classe operária e reprimir qualquer consciência política, inibindo a reivindicação dos seus direitos e formação de sindicatos.

De 1942 a 1946, Gustavo Capanema respondeu pela pasta da educação, sendo o responsável pelas mudanças ocorridas no ensino secundário com a homologação da Lei Orgânica do Ensino:

Quanto à organização do ensino secundário a lei define que será ministrado em dois ciclos. O primeiro corresponde ao curso ginasial, com duração de 4 anos, destinado a “dar aos adolescentes elementos fundamentais do ensino secundário” (art. 3º). Quanto ao currículo, abrange um conjunto de disciplinas, distribuídas em três grandes áreas: Línguas (português, latim, francês e inglês); Ciências (matemática, ciências naturais, história geral, história do Brasil, geografia geral e geografia do Brasil); Artes (trabalhos manuais, desenho e canto orfeônico).

O segundo ciclo corresponde ao curso clássico e ao curso científico, ambos com duração de 3 anos, que tinham por objetivo consolidar a educação ministrada no curso ginasial. O curso clássico tinha por objetivo uma sólida

formação intelectual através de um maior conhecimento de filosofia e do estudo das letras. O curso científico proporcionaria um estudo maior das ciências. As disciplinas dos cursos Clássico e Científico também foram agrupadas de acordo com as áreas do curso ginásial, sendo elas: Línguas (português, latim, grego, francês, inglês e espanhol); Ciências e Filosofia (matemática, física, química, biologia, história geral, história do Brasil, geografia geral, geografia do Brasil e filosofia); Artes (desenho) (BRASIL, 1942 apud ZOTTI, 2006, p. 07).

Mesmo com essas mudanças o ensino ainda se restringia à elite urbana como forma de *status* social e para as grandes massas consolidava-se o ensino profissionalizante, uma forma rápida de entrar no mercado de trabalho atendendo a demanda. Assim, a elite era formada para continuar liderando o país, ou seja, o pensar. Às pessoas que não conseguiam entrar no ensino superior, devido a sua condição financeira, restava a educação profissionalizante, ou melhor, o fazer. De acordo com Ferreira (2008, p.23), havia a educação superior, secundária, primária, profissional e feminina, portanto, uma destinada à elite urbana, outra para os trabalhadores e mulheres, mas todas a serviço da Nação e do bem comum.

Num balanço geral, de acordo com D'Araujo (1997, p. 9):

A Era Vargas foi marcada por desenvolvimento econômico, controle sobre trabalhadores e sindicatos, planejamento estatal, legislação social, investimentos públicos e, principalmente, pelo papel atribuído ao Estado como agente econômico. Por tudo isso, o estado varguista foi o inverso do que prega a teoria liberal. Foi centralizador, intervencionista, investidor e planejador. Do ponto de vista político, foi marcado pela precariedade das liberdades públicas, pela fraqueza da participação, por entraves legais à organização e expressão de opiniões. (D'ARAUJO, 1997, p. 9).

As mudanças desencadeadas no Brasil durante o Governo Vargas eram nítidas, com a criação da legislação da educação e do Ministério da Educação e Saúde, mas, infelizmente, abrangiam somente a nova elite formada com o processo de industrialização, deixando assim a educação cada vez mais longe do povo.

3 OS LIVROS DIDÁTICOS NA ERA VARGAS E A COMISSÃO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO DO ESTADO NOVO

Nesta seção discutirei o início do mercado livreiro com a criação da Comissão Nacional do Livro Didático no Estado Novo (1937-1945), criada com o objetivo de examinar e autorizar o uso dos livros didáticos que deveriam ser adotados pelas escolas públicas e privadas. Estes eram ferramentas utilizadas para construção do conhecimento e solidificação do sentimento de nação que se tentava imprimir em todos os brasileiros.

3.1 O papel da Comissão Nacional do Livro Didático

Em meio às grandes discussões no campo educacional do Governo Vargas, em 1938 foi criada a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), com objetivo de examinar e autorizar o uso dos livros didáticos que deveriam ser adotados pelas escolas públicas e privadas. Os sete membros da CNLD eram escolhidos pelo Presidente da República dentre “pessoas de notório preparo pedagógico e reconhecimento moral”, entre os nomes estavam pessoas que apoiavam o governo, ligadas a igreja católica, militares e intelectuais da época também ligados ao governo Vargas. De acordo com Freitag (1997, p.13) “Cabia a essa comissão examinar e julgar os livros didáticos, indicar livros de valor para tradução e sugerir abertura de concursos para produção de determinadas espécies de livros didáticos ainda não existentes no país”.

É a partir de 1930 que o Brasil inicia seu processo de estruturação e organização do seu sistema educacional, começam a ter mais rigor na escolha dos materiais e se inicia a fabricação nacional dos materiais didáticos utilizados em sala de aula. Sendo assim:

A criação da Comissão insere-se em um rol de medidas visando a reestruturação e o controle ideológico de todo o sistema educacional brasileiro. Nesta ocasião, foi simultaneamente introduzido o ensino de moral e cívica em todos os níveis, expandindo o ensino industrial e profissionalizante (destinado à classe operária), criada a primeira

universidade rural (no Rio de Janeiro) para fortalecer o ensino agrícola foram extintas as escolas destinadas a filhos de imigrantes, de língua estrangeira, para assegurar a unidade nacional, desestimulando os estudos propedêuticos e universitários dos antigos bacharéis. (FREITAG, 1989, p. 24).

Os livros didáticos eram instrumentos importantes e tinham lugar de destaque no Governo Vargas, principalmente no Estado Novo (1937-1945), pois eram ferramentas utilizadas para a construção do conhecimento e solidificação do sentimento de nação que se tentava imprimir em todos os brasileiros. Em sala de aula o livro didático expressava a ideologia/política de sua época e que tipo de aluno se queria formar por meio de seus textos e conteúdos a serem trabalhados. De acordo com Freitag (1989, p.28), “durante o Estado Novo somente podiam entrar nas escolas públicas e privadas que quisessem reconhecimento oficial, livros aprovados e recomendados pela CNLD.”

E como neste período (1937-1945) o rádio foi um dos instrumentos mais utilizados para promover a cultura e a ideologia da época, o livro didático também se tornou uma fonte rica a ser explorada para promover a cultura e o ideário político que o governo Vargas queria imprimir entre as crianças e os jovens. Livros que atendessem aos interesses de Vargas foram publicados, construindo assim o sentimento de Nação e solidificando o poder do Estado.

Para serem utilizados em sala de aula os livros didáticos passavam por uma criteriosa e demorada avaliação. Os professores e diretores só podiam escolher os livros que estavam contemplados em uma lista, que era publicada em diário oficial depois de aprovados, acompanhados de três exemplares das obras. Muitas vezes os livros não eram aprovados em tempo de serem utilizados pelos alunos devido à quantidade que era inscrita, dessa forma em março de 1939 foram aumentados para doze o número de membros da CNLD para suprir a demanda. (FREITAG, 1989).

A CNLD tinha como objetivo aprovar livros que estivessem de acordo com o ideário da época, formar crianças e jovens que amassem sua pátria, que tivessem um comportamento exemplar, que respeitassem seus pais e frequentassem a igreja católica seguindo os mandamentos, ou seja, uma educação humanística, moral e cívica.

Para serem aprovados, os livros deveriam se ajustar a inúmeros itens que constavam em uma lista, se estivessem de acordo seriam distribuídos nas escolas e utilizados pelos alunos durante o ano letivo.

De acordo com Filgueiras 2008, p. 3 o Decreto - Lei n° 1, 006/38 o Art. 20 não poderia ser utilizado livro didático:

- a) que atente, de qualquer forma, contra a unidade, a independência ou a honra nacional;
- b) que contenha, de modo explícito, ou implícito, pregação ideológica ou indicação da violência contra o regime político adotado pela Nação;
- c) que envolva qualquer ofensa ao Chefe da Nação, ou às autoridades constituídas, ao Exército, à Marinha, ou às demais instituições nacionais;
- d) que despreze ou escureça as tradições nacionais, ou tente deslustrar as figuras dos que se bateram ou se sacrificaram pela pátria;
- e) que encerre qualquer afirmação ou sugestão, que induza o pessimismo quanto ao poder e ao destino da raça brasileira;
- f) que inspire o sentimento da superioridade ou inferioridade do homem de uma região do país, com relação ao das demais regiões;
- g) que incite ódio contra as raças e as nações estrangeiras;
- h) que desperte ou alimente a oposição e a luta entre as classes sociais;
- i) que procure negar ou destruir o sentimento religioso, ou envolva combate a qualquer confissão religiosa;
- j) que atente contra a família, ou pregue ou insinue contra a indissolubilidade dos vínculos conjugais;
- k) que inspire o desamor à virtude, induza o sentimento da inutilidade ou desnecessidade do esforço individual, ou combata as legítimas prerrogativas a personalidade humana.

Ainda de acordo com o Decreto-Lei n° 1.006/38 p. 4-5, em seu Art. 21, seria negada autorização de uso ao livro didático:

- a) que esteja escrito em linguagem defeituosa, quer pela incorreção gramatical, quer pelo inconveniente ou abusivo emprego de termos ou expressões regionais ou da gíria, quer pela obscuridade do estilo;
- b) que apresente o assunto com erros da natureza científica ou técnica;
- c) que esteja redigido de maneira inadequada, pela violação dos preceitos fundamentais da pedagogia ou pela inobservância das normas didáticas oficialmente adotadas, ou que esteja impresso em desacordo com os preceitos essenciais da higiene da visão;
- d) que não traga por extenso o nome do autor ou autores;
- e) que não contenha a declaração do preço de venda, o qual não poderá ser excessivo em face do seu custo.

E as restrições e regras em relação à aprovação dos livros didáticos não terminavam aí, conforme os artigos subsequentes ao Decreto-Lei n° 1.006/38

Art. 22. Não se concederá autorização, para uso no ensino primário, de livros didáticos que não estejam escritos na língua nacional.

Art. 23. Não será autorizado uso do livro didático que, escrito em língua nacional, não adote a ortografia estabelecida pela lei.

Art. 24. Não poderá ser negada autorização para uso de qualquer livro didático por motivo de sua orientação religiosa. (FILGUEIRAS, 2008, p.03)

Com estas regras e restrições, o livro didático se tornava ainda mais uma ferramenta a ser utilizada para construir o sentimento de Nação tão desejado por Getúlio Vargas, durante o ano de 1937 a 1945, caracterizando o Estado Novo em que o sentimento de Nação era tão forte e podia ser visto nas páginas dos livros, pois se algum autor ou editora fosse contra o ideário político da época era fortemente repreendido. Os livros didáticos se caracterizavam da seguinte forma:

- Permaneciam longo período no mercado, sofrendo poucas alterações;
- Possuíam autores provenientes de lugares tidos como alta cultura, como o Collégio Pedro II;
- Eram publicadas por poucas editoras que, muitas vezes não tinham como mercadoria principal;
- Não apresentavam um processo de didatização e adaptação de linguagem consoante às faixas etárias para as quais se destinavam. (GATTI JR apud STEPHANOU, 2005, p. 382)

Getúlio Vargas instaurou sua ditadura e uma das formas de promover sua ideologia política foi por meio da educação, e assim ele fechou as barreiras para que a Nacionalização fosse imposta utilizando os livros didáticos como construtores e massificadores deste sentimento de Nação.

Dessa forma, Gustavo Capanema cumpriu seu papel de auxiliar Getúlio Vargas na construção de um cidadão patriota e devoto à igreja católica, por meio do Ministério da Educação e Saúde e da CNLD.

3.2 Alguns livros que circularam no Estado Novo 1937-1945

A formação escolar durante o Estado Novo (1937-1945) tinha como principal meta a difusão e fortalecimento do nacionalismo, do patriotismo e dos princípios do projeto político-ideológico da ditadura implantada por Getúlio Vargas. Conforme mencionado anteriormente, nesse período houve forte censura e controle dos meios de comunicação através do Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP.

A estrutura governamental enaltecia a figura de Getúlio Vargas por meio da disseminação de sua imagem nos livros escolares. Neles o trabalho e o patriotismo apareciam como valores absolutos. O ensino primário, por exemplo, deveria ter como função incentivar aptidões físicas, morais e intelectuais, buscando a formação do cidadão e do trabalhador. (LENHARO, 1986, p.168).

Neste sentido, é importante lembrar que os livros didáticos carregam consigo grande importância para o currículo, pois de acordo com Sacristán e Gómez (2000, p.157):

1. São os tradutores das prescrições curriculares gerais e, nessa mesma medida, construtores de seu verdadeiro significado para alunos e professores.
2. São os divulgadores de códigos pedagógicos que levam à prática, isto é, elaboram os conteúdos ao mesmo tempo que planejam para o professor sua própria prática; são depositários de competências profissionais.
3. Voltados à utilização do professor são recursos muito seguros para manter a atividade durante um tempo prolongado, o que dá uma grande confiança e segurança profissional. Facilitam-lhe a direção da atividade nas aulas.

Essas são algumas das capas dos livros que foram analisados e autorizados pela Comissão Nacional do Livro Didático, e que percorriam um longo caminho para chegar às mãos dos professores e alunos, pois para serem aprovados precisavam estar de acordo com os critérios exigidos pela referida comissão.

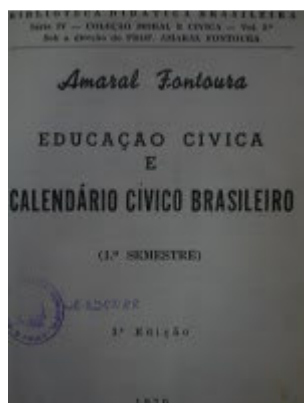


Figura 1 “Educação Cívica” de 1895 de Tancredo Amaral.

Fonte: <http://Acervo Histórico do Livro Escolar – AHLE>



Figura 5 “Pátria Brasileira”, de Olavo Bilac com 1ª edição em 1911.

Fonte: <http://Acervo Histórico do Livro Escolar – AHLE>



Figura 6 “*Primeiro Livro de Leitura*”. Rio de Janeiro. Ed. American Book Company, 1894, Maria Guilhermina L. Andrade.

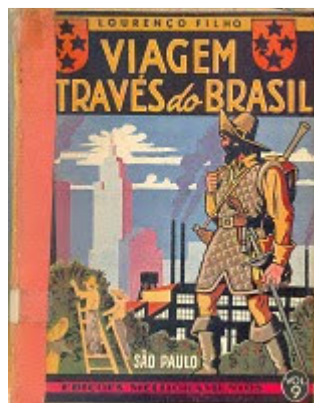


Figura 7 “*Viagem através do Brasil*”, São Paulo. S.P., Melhoramentos, V. 9, 1955. Lourenço Filho.

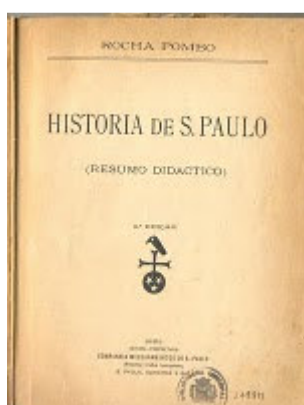


Figura 8 “*História de S. Paulo*” (resumo didactico). S. Paulo, Melhoramentos, 1923. (1ª ed. em 1918). Rocha Pombo.



Figura 9 “*Leitura Intermediária*”. São Paulo, Melhoramentos, 1943. Revista pelo professor Lourenço Filho. Erasmo Braga. .



Figura 10 “*Infância Brasileira*”. Salvador, Ed. do Brasil, 1962. METTIG, O. MAGALHÃES, M. L.

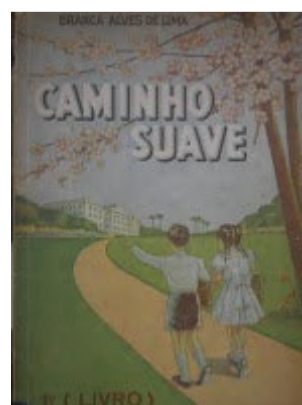


Figura 11 “*Caminho Suave*”. *Leitura intermediária*. SP, Ed. Branca A. de Lima, 1962. Branca Alves Lima.

Tabela I: Dados de alguns livros que circularam no Estado Novo (1937-1945)⁴

Autor	Título da obra	Editores	Ano de Publicação	Informações complementares.
CELSO, Affonso	Porque me ufano do meu país	F.Briguiet & Cia editores, RJ	1937	11a ed. (1a ed. 1900)
MAGALHÃES, Basílio.	Páginas floridas 5a série ginasial		1938	
WOLFF, Antônio Pedro	Composições Escolares - 2º ano	s/editora	1938	Doação
BRAHE, Tycho	Historias brasileiras - contos para crianças	Quaresma, RJ	1938	Ilustr. Niels
MAGALHÃES, Agenor Couto de	Ensaio sobre a fauna brasileira	Secretaria de agricultura, indústria e comércio do Estado de São Paulo	1939	
VERÍSSIMO, Érico	Aventuras no mundo da higiene	Globo, Porto Alegre	1939	1147a ed. - ilustr. João Fahrion

Dentre os livros aprovados constam também o que irei analisar em minha pesquisa como o de autoria de Basílio de Magalhães. Nele analisarei as imagens e textos, a fim de compreender a representação do indígena no processo de construção do sentimento de nação, tão fortemente perseguido pelo Governo Vargas.

⁴ Fonte: [http://acervohistoricodolivroescolar.blogspot.com/biblioteca Monteiro Lobato](http://acervohistoricodolivroescolar.blogspot.com/biblioteca%20monteiro%20lobato).

4 O LUGAR DO ÍNDIO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO BRASIL

Neste capítulo problematizarei o livro didático como fonte de pesquisa para a área da História da Educação, além de trazer uma breve discussão sobre algumas análises que têm sido feitas sobre os índios nos livros didáticos de História do Brasil.

4.1 Os livros didáticos como fonte de pesquisa para a História da Educação

Considerado pelos historiadores um documento histórico, o livro didático representa o ideário político/ideológico e científico/econômico em forma impressa, ou seja, consegue traduzir o momento pelo qual o país está passando e o que os intelectuais da época produziam ou reproduziam. Ao longo dos anos o livro didático foi ganhando espaço entre escritores, editores, livreiros, professores e alunos, pois de um simples coadjuvante passou a elemento fundamental e em alguns casos obrigatório nas escolas.

Segundo Freitas (2007 apud GATTI, 2004, p. 36):

Sua origem está na cultura escolar, mesmo antes da invenção da imprensa no final do século XV. Na época em que os livros eram raros, os próprios estudantes universitários europeus produziam seus cadernos de textos. Com a imprensa, os livros tornaram-se os primeiros produtos feitos em série e, ao longo do tempo a concepção do livro como 'fiel depositário das verdades científicas universais', foi se solidificando.

Com o passar do tempo o livro didático foi consolidando sua presença e de mero recurso utilizado pelos professores passou a item indispensável durante as aulas. Em meados da década de 1930 a educação ainda era para poucos e o livro era um produto que se encontrava em processo de conhecimento e aperfeiçoamento dos escritores/pensadores de sua época.

Segundo Freitas (2007, p. 2-3):

A trajetória para que os livros didáticos, dicionários, obras literárias e livros em Braille chegassem até as escolas brasileiras teve início em 1929, com a criação de um órgão específico para legislar sobre políticas do livro didático, o Instituto Nacional do Livro (INL). Seu objetivo era contribuir para a

legitimação do livro didático nacional e, conseqüentemente, auxiliar no aumento de sua produção. O primeiro passo havia sido dado, mas demorou algum tempo para seguir adiante, pois apenas em 1934, no governo do presidente Getúlio Vargas, o INL recebeu suas primeiras atribuições, como editar obras literárias para a formação cultural da população, elaborar uma enciclopédia e um dicionário nacionais e expandir o número de bibliotecas públicas.

Foi a partir do Governo Vargas que o Brasil iniciou sua produção nacional de livros didáticos na época chamados compêndios escolares que eram utilizados somente pela elite devido ao alto custo, levando em conta que o ensino primário era obrigatório, mas na prática eram poucos que conseguiam chegar ao ensino secundário, devido ao número reduzido de escolas.

O livro didático foi e continua sendo uma importante ferramenta para os professores em sala de aula na construção do conhecimento e da identidade nacional. No entanto é preciso um olhar crítico sobre este artefato escolar. Segundo Fonseca (1999 apud CORRÊA, 2000, p. 204).

O livro didático e a educação formal não estão deslocados do contexto político e cultural e das relações de dominação, sendo, muitas vezes, instrumentos utilizados na legitimação de sistemas de poder, além de representativos de universos culturais específicos. [...]. Atuam, na verdade, como mediadores entre concepções e práticas políticas e culturais, tornando-se parte importante da engrenagem de manutenção de determinadas visões de mundo.

Entre os artefatos escolares os livros didáticos são os primeiros a serem descartados, pois

Apesar de ilustre, o livro didático é o primo pobre da literatura, texto para ler e botar fora, descartável porque anacrônico: ou ele fica superado dados os processos da ciência a que se refere ou o estudante o abandona, por avançar em sua educação. Sua história é das mais esquecidas e minimizadas, talvez porque os livros didáticos não são conservados, suplantados seu 'prazo de validade' (LAJOLO; ZIBERMAN, 1999 apud CORRÊA 2000, p. 120)

As informações e os conhecimentos têm prazo de validade e seu valor histórico, muitas vezes, nem é reconhecido uma vez que muitas são as ofertas no mercado do livro didático.

E igualmente, um instrumento pedagógico, na medida em que se propõe métodos e técnicas de aprendizagem, que as instruções oficiais ou os prefácios não poderiam fornecer senão os objetivos ou os princípios orientadores. Enquanto objeto fabricado, difundido e consumido, o manual

está sujeito às limitações técnicas de sua época e participa de um sistema econômico cujas regras e usos, tanto no nível da produção como do consumo, influem necessariamente na sua concepção quanto em sua realização material. (CHOPPIN, 2002, p. 14).

O livro didático para o mercado livreiro se tornou uma mercadoria muito rentável, uma vez que este mercado cresceu bastante e se tornou lucrativo. Fica em circulação por um determinado período e logo após é substituído por um exemplar com novos conceitos e com visual modificado, muitas vezes com os mesmos conteúdos.

Como fonte de pesquisa os livros didáticos são considerados fontes riquíssimas a serem exploradas pelos historiadores, mas de acordo com Choppin (2002, p. 8):

O pouco interesse demonstrado, até estes últimos vinte anos, pelos manuais antigos e pela sua história decorre não somente das dificuldades de acesso às coleções, mas também de sua incompletude e sua dispersão. Ou talvez, ao contrário, devido à grande quantidade de sua produção, a conservação dos manuais não foi corretamente assegurada. (CHOPPIN, 2002, p. 8).

Para compreender como chegamos ao modelo atual do livro didático é preciso considerar a época em que os livros utilizados na escola eram de escritores franceses e portugueses, ainda na Primeira República. Foi na Era Vargas com a nacionalização do ensino, que houve incentivo dos escritores brasileiros, advindos do Collégio Pedro II, único mantido pelo Estado, tido como modelo de referência de educação para o país.

O livro didático é sem dúvida uma fonte de pesquisa carregada de ideologia e política, camuflada ou não, em seus conteúdos, textos e imagens. Para os historiadores e pesquisadores o livro didático apresenta um instigante desafio, ou seja, sua decifração. Dessa forma:

Os manuais representam para os historiadores uma fonte privilegiada, seja qual for o interesse por questões relativas à educação, à cultura ou às mentalidades, às linguagens às ciências... ou ainda à economia do livro, às técnicas de impressão ou à semiologia da imagem. (CHOPPIN, 2002, p.12).

Por isso, nada deverá passar despercebido para os que pesquisam sobre a trajetória do livro didático ao longo da história, desde as mudanças de tamanho de sua impressão, tipo de letra, imagens, textos, linguagem. Tudo passará por uma criteriosa avaliação e apropriação, de acordo com as vivências e o tipo de pesquisa.

Dessa forma, a reflexão que quero desenvolver remete para um olhar crítico sobre os livros didáticos que circularam no Estado Novo, buscando compreender o lugar dos povos indígenas nos livros escolares, no processo de construção do sentimento de nação, tão fortemente defendido pelo governo Vargas, principalmente no Estado Novo.

4.2 O lugar dos índios nos livros de História do Brasil

Os livros didáticos exerceram e ainda exercem grande influência na construção de conceitos dos alunos e professores. Utilizado desde muito cedo nas escolas se torna responsável por formar opiniões e até mesmo gerar preconceitos devido à falta de informações ou até mesmo por conter textos e imagens que não condizem com a realidade. Dessa forma:

As ideias que temos sobre nós e nossa sociedade e sobre os outros povos fixam-se quando somos crianças. O que aprendemos, ouvimos, vemos no cinema ou na televisão forma nossa imagem do mundo, torna-se fonte de nossas fantasias quando, em imaginação, percorremos o mundo em loucas aventuras. Mas também é nessa época que se formam, devido à insuficiência de informações ou informações incorretas, nossos preconceitos e ideias distorcidas em relação a outras culturas. São exatamente as noções sobre os outros grupos que provocam em nós pensamentos desconhecidos e nos induzem a reconhecer o mundo como lugar de diversidade. Passada a adolescência, são poucos aqueles que têm a oportunidade de aprofundar seus estudos sobre o Outro, de modo que a maioria de nós permanece com as imagens dadas e formadas na infância. (TELLES, 1987, p. 73).

Desse modo, os índios foram apresentados nos livros didáticos como coadjuvantes da história do “descobrimento” do Brasil e como figura folclórica apresentada a vários alunos, sendo lembrados e trabalhados apenas em datas comemorativas como no dia 19 de abril, “Dia do Índio”.

Uma primeira constatação se impõe quando se examina o tratamento dado pelos manuais à diversidade cultural. Notamos que eles privilegiam, até mesmo idealizam os feitos ocidentais, narram a ação de certas potências européias excluindo ou silenciando os feitos e vivências de outros povos. (TELLES, 1987, p. 74).

As informações geralmente contidas nos livros didáticos eram equivocadas e descontextualizadas com a realidade em que a cultura indígena se encontrava, trazendo sempre o índio no passado e colocando-o de forma homogênea como se no Brasil todos os índios pertencessem a uma mesma tribo, tendo os mesmos hábitos e costumes. Como enfatiza Telles (1987, p.75): “uma história que só enfatiza certos aspectos da cultura ocidental, omitindo ou silenciando outras culturas é uma história etnocêntrica”.

Os textos eram explicativos e as imagens, que raramente apareciam devido ao alto custo dos livros, descontextualizadas e enfatizavam a imagem do índio selvagem e preguiçoso. Alguns autores se prendiam a escrever somente sobre a “descoberta” do Brasil não explorando os costumes e tradições diferentes em cada região e tribo indígena, enfatizando o índio ingênuo e submisso aos Jesuítas. Betto (1987, p. 09) argumenta que ‘se os índios tivessem escrito livros de história, saberíamos o que realmente aconteceu pela ótica do oprimido’, ou seja, os livros traziam sempre as mesmas informações sobre a cultura indígena menosprezando e omitindo fatos históricos.

Entretanto, os índios foram tendo, ao longo do tempo, seu lugar nos livros escolares, seja de forma tímida ou tendo um lugar de destaque. No entanto, é preciso compreender de que forma estes conteúdos e imagens vêm sendo impressos nesses livros e qual mensagem os autores estão transmitindo ao publicar suas obras.

Remetendo esse desafio ao Estado Novo (1937-1945), é preciso compreender, ao analisar os livros que circularam, é o que os autores publicaram a respeito da cultura indígena, uma vez que naquele período o Nacionalismo foi fortemente disseminado. Um detalhe importante a ser ressaltado é o de que o Dia do Índio entrou para o calendário cívico do país no Estado Novo, sendo mantido até os dias de hoje. Esta data comemorativa, 19 de Abril, foi criada em 1943 pelo presidente Getúlio Vargas, através do decreto lei número 5.540. Para entendermos essa decisão devemos voltar para os anos de 1940.

Neste ano, foi realizado no México, o Primeiro Congresso Indigenista Interamericano. Além de contar com a participação de diversas autoridades governamentais dos países da América, vários líderes indígenas deste continente foram convidados para participarem das reuniões e decisões. Porém, os índios não compareceram nos primeiros dias do evento, pois estavam preocupados e temerosos. Este comportamento era

compreensível, pois os índios há séculos estavam sendo perseguidos, agredidos e dizimados pelos “homens brancos”. No entanto, após algumas reuniões e reflexões, diversos líderes indígenas resolveram participar, após entenderem a importância daquele momento histórico. Esta participação ocorreu no dia 19 de abril, que depois foi escolhido, no continente americano, como o Dia do Índio (DIA..., 2010, p.1).

Uma história contada a partir de uma ideologia e visão de mundo é o que geralmente encontramos nos livros didáticos do Estado Novo, pois os autores que seguiam padrões e exigências da época para que seus livros fossem publicados.

Dessa forma, se faz necessário um olhar mais criterioso para as obras que circularam e que foram publicadas entre os anos de 1937 a 1945, momento em que os livros didáticos iniciaram sua ascensão com autores nacionais e o mercado livreiro começou a ganhar seu espaço.

5 O LUGAR DO ÍNDIO NOS LIVROS DIDÁTICOS DO ESTADO NOVO

Os Jesuítas quando aqui chegaram, tentaram catequizar aos índios como se fossem folhas em branco que pudessem ser escritas ao seu modo, esquecendo toda a sua história, cultura, costumes e tradições. Assim:

O fato é que o índio se encontrava a mercê de três interesses, que ora se complementavam, ora se chocavam: a metrópole desejava integrá-lo ao processo colonizador; o Jesuíta queria convertê-lo ao cristianismo e aos valores europeus; e o colono queria usá-lo como escravo para o trabalho. (ARANHA, 2006, p. 141).

Muito se queria fazer com este novo habitante aqui encontrado, mas pouco se falava e escrevia, pois nos livros os autores se prendiam a escrever somente sobre o “descobrimento” do Brasil deixando fatos importantes da história para trás, fazendo relatos sobre os índios que nada condiziam com a realidade.

O livro didático a ser analisado, publicado no Estado Novo, com seu respectivo autor, editora e ano de publicação é: “História do Brasil” de Basílio de Magalhães - Livraria Francisco Alves, 1942.

Basílio de Magalhães (1874-1957) nasceu em Minas Gerais, foi jornalista e professor de História em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde dirigiu o Instituto de Educação. Foi eleito Deputado Federal e Senador por Minas Gerais. Dentre suas obras podemos destacar: *O Folclore no Brasil*; *O Café na História, no Folclore e nas Belas Artes*; *A Montagem Portuguesa*; *O Suplício de Caneca*; *Os Jornalistas da Independência*, entre outras. Também escreveu vários livros didáticos: *História da Civilização*, *Lições de História do Brasil*, *Quadros de História Pátria*. (MARIANO, 2006, p.77).

O livro tem capa dura, medindo 18 cm de altura e 14 cm de largura e conta com 222 páginas. Apesar de a capa ser colorida, as várias ilustrações no seu interior são em preto e branco.

No prefácio entre outras coisas ele afirma:

Aos institutos educativos da juventude fardada, assim como a todas as pessoas que, sem a mira de ingresso em escolas superiores, desejarem conhecer a marcha ascensional de nossa pátria – destina-se o presente compêndio, elaborado **de acordo com o programa oficial de História do Brasil** (MAGALHÃES, 1942, p. 6, grifo meu).

É preciso lembrar que:

O referido programa, elaborado por pensadores comprometidos com o Estado, revela as íntimas relações da historiografia didática com os interesses estatais, em que a afirmação das identidades nacionais, a legitimação dos poderes políticos, deveriam estar presentes nos livros didáticos, a partir das lições de história consolidadas pelo passado glorioso da nação, pelos sentimentos de civismo e pelos grandes vultos da pátria. (MARIANO, 2006, p. 77-78).



Figura 12: Capa do livro “História do Brasil” (1942) de Basílio de Magalhães
Fonte: Própria autora

O compêndio está organizado em duas partes. A primeira apresenta os itens que discorrem desde o descobrimento do Brasil até a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, a segunda abarca a Inconfidência Mineira até o Estado Novo. As duas sessões do livro são finalizadas com a apresentação de textos de autores clássicos no campo da literatura, incluindo os seus próprios textos.

Para a discussão proposta neste estudo me detive ao segundo item da primeira parte, ou seja: *O indígena: etnografia e etnologia do selvagem brasileiro*.

Antes de iniciar sua exposição ele esclarece, em nota de rodapé, os conceitos de etnografia e etnologia e assim os define: Etnografia – ciência estuda e descreve os diferentes povos, suas raças, línguas, religiões, etc. Etnologia – ciência que estuda a origem e a distribuição dos povos.

Neste item Basílio de Magalhães detalha em dez páginas (p.27 a 47) a origem do ameríndio, a classificação dos índios, bem como, os seguintes aspectos: político, social, econômico, religioso e cultural.

No tópico *Origem do Ameríndio*, além de apresentar as teorias que explicavam o aparecimento e a localização do *homo sapiens* nas diferentes partes do mundo, sobre o povo ameríndio ele defende o seguinte:

As provas do mongolismo dos nossos selvícola, reunidas às da existência, na América, dos mesmos ciclos culturais dos povos xantodermos do Pacífico, não permitem mais dúvidas sérias sobre a origem mongo-malaio-polinésia dos selvagens do Novo-Mundo, particularmente os do Brasil (MAGALHÃES, 1942, p.28).

Apesar de se referir aos índios como “selvagens”, fica evidente no trecho acima que Magalhães não nega o fato de que, ao chegar ao Brasil os portugueses encontraram uma terra já habitada e busca em autores da época uma explicação para a existência dos povos aqui encontrados.

De acordo com Mariano (2006, p. 80) o livro representa os índios a partir da imagem do selvagem, isto é, “indivíduos sem cultura”, por manifestarem uma “natureza não civilizada”, ou seja, por não estar de acordo com os padrões dos costumes dos colonizadores, seu comportamento causava estranheza e foram classificados como selvagens.

O livro didático tendo grande importância durante o Estado Novo (1937-1945) e tornando-se uma ferramenta na construção do conhecimento, Basílio de Magalhães peca ao classificar os índios como selvagens, pois segundo Telles (1987, p. 74) o livro didático que mostra com textos e imagens como a sociedade chegou a ser o que é, como ela se constituiu e se transformou até chegar nos dias atuais.

Magalhães classifica e denomina os povos indígenas de acordo com a diversidade linguística revelando para os leitores que no Brasil existiam diferenças entre os índios que aqui habitavam.

A primeira classificação dos nossos selvícolas não teve base sólida, nem intuito científico, pois resultou apenas da observação, realizada pelos conquistadores portugueses e pelos missionários jesuítas, das diferenças somáticas, e, em particular, da diversidade lingüística, entre os habitantes do litoral e os ocupantes do *hinterland*. (MAGALHÃES, 1942, p. 28).

Nesta obra o autor procura fazer uma diferenciação, classificando as distintas tribos indígenas, na tentativa de romper com a homogeneização que era comum em livros publicados antes do Estado Novo que ainda circulavam.



Figura 13: Índios brasileiros
Fonte: Magalhães (1942, p. 29)

Sem entrar no detalhamento realizado por estudiosos que realizaram expedições no Brasil na época, com o objetivo de identificar os povos indígenas existentes, a imagem apresentada é um indício de que Basílio de Magalhães buscava contribuir com o movimento, preocupado com o reconhecimento da diversidade cultural indígena. Tanto no texto apresentado neste item quanto na imagem apresentada anteriormente, o autor procura quebrar o rótulo que foi criado de que os índios eram todos iguais. Ele aponta os Tupis-graraní, os Jê, os Aruáqui.

Em um segundo momento, o autor faz a distribuição geográfica dos quatro principais grupos de povos indígenas existentes no Brasil os Tupis-guarani, Jê, Aruáqui e os Caraíba, caracterizando as diversas movimentações migratórias antes da chegada dos ibéricos. Assim ele os define:

Nômades, pois que ainda se encontravam no período da caça e da pesca, pela falta de animais arrebanháveis, os nossos selvícolas tiveram diversas diretrizes migratórias, antes da chegada dos conquistadores ibéricos, com a qual, todavia, coincidiu um desses seus movimentos de expansão. (MAGALHÃES, 1942, p. 30).

Aqui fica evidente a ideia do autor de que os povos indígenas só prosperaram e criaram vínculo com um único lugar, deixando de ser nômades com a chegada dos portugueses. E ainda, segundo Mariano (2006, p.79) o autor “nesse momento, caracteriza alguns grupos: “os Gés são os mais atrasados”, “os Caraíbas são andrófagos e foram a princípio chamados canibais”. Ou seja, a visão que se construiu em relação aos povos indígenas de que eram canibais, selvagens fica explícita na caracterização que ele constrói sobre cada grupo.

No tópico “etnologia do selvagem brasileiro” o autor inicia seu texto tratando do Estado Político.

Basílio de Magalhães reconhece que os índios já haviam chegado ao estado político da divisão dos poderes, pois segundo ele, tinham o chefe espiritual - *pagé* - e o chefe temporal – *otubixaba ou tuxáua*.

Sobre o *pagé*, ele explica sua função e importância na tribo indígena. “O *pagé* era, ao mesmo tempo, além de “arquivo humano das tradições da tribo”, sacerdote, médico e professor (dirigia os ritos, cuidava dos enfermos e transmitia as lendas do clan)”. (MAGALHÃES, 1942, p. 38).



Figura 14: Chefe Tupinambá
Fonte: Magalhães (1942, p. 38)

Ao se referir às armas utilizadas e confeccionadas pelos indígenas, lembrando que utilizavam recursos da natureza e de suas próprias experiências para fabricar suas armas de defesa e caça, comenta:

As suas armas de guerra eram as seguintes: o tacape, tamarana ou tangapema (de tacã-pe, “galho cortado”), clava de madeira, às vezes ornamentada, como as dos tuxauas e morubixabas, o arco (uirapára,

uirapá) e a flecha(uiiba, ui), notando-se que já sabiam envenenar as setas e torná-las incendiarias; e, em algumas tribus, encontravam-se também a lança (murucú) e um tubo (zarabatana), para o lançamento por sôpro, de pequenas setas ervadas.(MAGALHÃES, 1942, p.39).

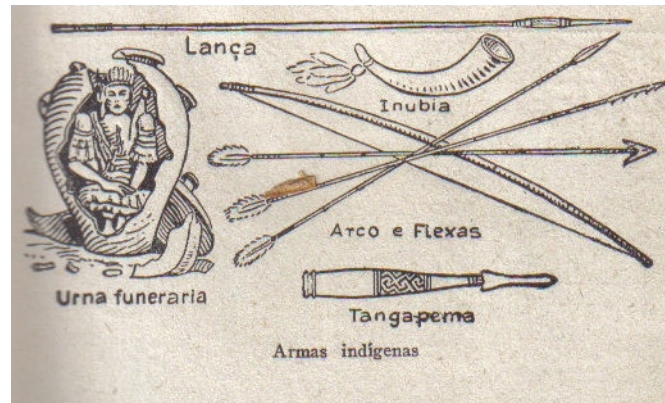


Figura 15: Armas indígenas
Fonte: Magalhães (1942, p. 39)

Ao se referir à moradia dos indígenas o autor se detém a explicar de que forma são organizadas as “tabas” e não traz nenhuma referência ao modo complexo de como, sem nenhum recurso tecnológico ou financeiro, conseguiam construir suas casas e assim suportar as mudanças climáticas sem sofrerem tantos danos, pois entendendo que eles exploravam de forma inteligente os recursos naturais que estavam ao seu dispor para garantirem a própria sobrevivência e construírem suas moradias.

Cada tribu contava diversas aldeias; e cada uma destas, a taba, era um conjunto de palhoças (ocas), dispostas circularmente; à beira de um rio ou lago, ou longe-perto do mar; a praça interna chamava-se ocará; externamente, era a taba defendida por uma forte cerca de pau-a-pique (caiçara), em que eram dispostos, como troféus, os crânios dos inimigos abatidos nos banquetes totêmicos. (MAGALHÃES, 1942, p. 40).

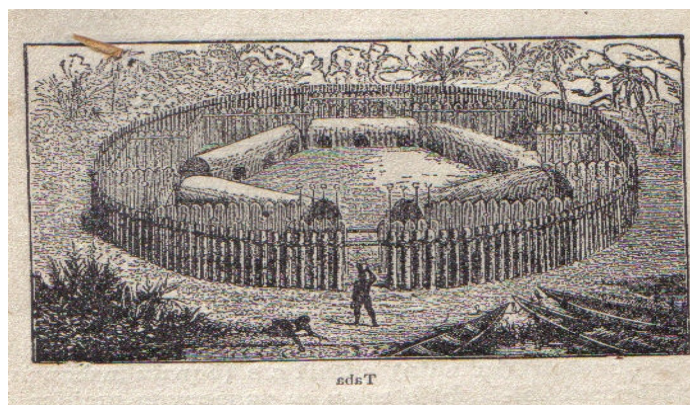


Figura 16: Taba
Fonte: Magalhães (1942, p. 40)

Exímios lutadores, guerreiros, donos de técnicas para sobreviver na mata, infalíveis e não a imagem de selvagens e violentos como muitos acreditavam que fossem e que a figura faz pensar. Que indivíduo, em seu juízo perfeito, não lutaria por sua terra e família. Era esse o objetivo dos indígenas, o bem-estar do coletivo, de sua tribo. Apesar de a imagem compor o conjunto de gravuras desse tópico do livro, não há nenhuma referência a ela.



Figura 17: Lutas de Aimorés
Fonte: Magalhães (1942, p. 41)

Neste sentido não há o reconhecimento das técnicas de defesa dos indígenas como a de andar na mata sem fazer barulho ou deixar pegadas, ou ainda de correr por longos percursos.

Sobre o “estado econômico” é feita uma alusão aos utensílios domésticos e suas incipientes técnicas. Assim ele descreve:

Os nossos selvícolas achavam-se ainda no período neolítico: eram de pedra polida as suas facas (quicés) e machados (gis). As suas agulhas (auís) e anzóis (pindás) eram feitos de acúleos de palmeira ou de espinhas de peixes. Conheciam alguns metais, porém não os sabiam trabalhar. Não se lhe havia deparado também nenhum animal que pudessem domesticar, para tiro ou montaria. Conheciam, entretanto, o fogo, que obtinham pelo atrito de um pequeno pau roliço, girado velozmente [...] A sua agricultura era incipiente, porquanto apenas cultivavam a mandioca (maní) e o milho (avatí) [...]. (MAGALHÃES, 1942, p. 42).

Neste trecho do livro, mesmo reconhecendo as técnicas implementadas pelos indígenas, o autor coloca-os na condição de atrasados e incapazes. No entanto, posso inferir que os índios não eram atrasados, apenas tinham uma maneira de viver que não coincidia com a forma de viver da civilização européia.

Esta imagem busca representar como os índios utilizavam os recursos da natureza para se pintarem, no caso das mulheres, eram os “ornatos das índias”. Interessante que a referência à mulher indígena é feita apenas nesta imagem, nesta parte do livro não há nenhum comentário sobre as mesmas, que ficam quase invisíveis e quando aparecem (só nesta imagem) o que transparece é que o corpo era ornado apenas por elas. No entanto, os homens também se pintavam, ou seja, ornavam seus corpos. “A sua pintura de guerra era feita com tinta vermelha de urucu (*bixa orellana*) e com tinta azul do *genipapo* (*genipa americana*)” (MAGALHÃES, 1942, p. 42).



Figura 18: Ornatos de índias
Fonte: Magalhães (1942, p. 43)

Quanto ao aspecto religioso o autor é taxativo: “eram totemistas e astrólatras”.

No âmbito cultural, há uma descrição generalizada sobre as línguas dos indígenas e, além disso, não há o reconhecimento da existência da escrita, exatamente por não estar nos moldes ocidentais. Sobre isto o autor afirma:

Os nossos índios não possuíam escrita, embora já soubessem desenhar, como se infere das suas inscrições rupestres, encontradas principalmente na bacia amazônica (algumas das quais têm sido atribuídas, por etnógrafos, de excessiva fantasia, até a hebreus). (MAGALHÃES, 1942, p. 46).

A capacidade estética é reconhecida, no entanto, é considerada simples.

A sua capacidade estética rudimentar aparece na arte plumária, nas tangas, na decoração dos maracás e tangapemas, na ornamentação dos vasos e

utensís. A cerâmica encontrada em Marajó e Santarém, atribuída aos *aruans*, é das mais belas do Novo Mundo, maugrado não terem os nossos selvícolas inventado a roda ou o torno dos oleiros. (MAGALHÃES, 1942, p.46).



Figura 19: Cerâmica Marajoara

Fonte: Magalhães (1942, p. 43)

Há um reconhecimento da capacidade artística, inclusive, admitindo que entre os índios fossem produzidas as cerâmicas mais belas do Novo Mundo. Entretanto, o próprio autor lamenta pelo fato dos índios não terem inventado a roda e o torno do oleiro, tecnologias já inventadas há anos pelos homens brancos.

Mesmo trazendo, em seu texto, a existência de uma diversidade indígena, em vários momentos o autor tenta generalizar. Ele reconhece a importância da cultura indígena, mas sempre a situa num lugar de inferioridade. Como enfatiza (Grupioni, 1996), quando diz que os livros didáticos mostram-se deficientes, empobrecedores, generalizantes, muitas vezes desatualizados e marcados por erros conceituais, estereótipos e preconceitos.

Do mesmo modo, apesar de reconhecer a diversidade, apresenta imagens que acabam comprometendo essa diretriz, uma vez que traz, por exemplo, elementos como as aramas, o tipo de moradia, as vestimentas e a cerâmica como algo em comum entre todas as tribos indígenas, homogeneizando-os.

6 CONCLUSÃO

Um dos principais objetivos deste trabalho foi o de compreender o lugar dos povos indígenas, nos livros didáticos, no processo de constituição do sentimento de nação, tão fortemente criado pelo Governo Vargas, principalmente no Estado Novo.

Nesse contexto, a escola se constituiu em um dos fortes instrumentos para alcançar este objetivo sendo que os livros didáticos foram instrumentos importantes e tinham um lugar de destaque no Governo Vargas, principalmente no Estado Novo (1937-1945), pois estes eram ferramentas utilizadas para construção do conhecimento e solidificação do sentimento de nação que se tentava imprimir em todos os brasileiros. Em sala de aula o livro didático expressava a ideologia/política de sua época e que tipo de aluno se queria formar por meio de suas imagens e textos a serem trabalhados.

Cabe lembrar que os livros didáticos só poderiam ser distribuídos para as escolas desde que fossem analisados e autorizados pela CNLD, criada em 1938, na gestão do então Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema.

Basílio de Magalhães em sua obra “História do Brasil”, em alguns trechos, como outros autores da época, se referia aos índios como “selvagens”, no entanto, ao descrever a cultura indígena o autor conseguiu trazer elementos inovadores, pois há um detalhamento riquíssimo que procura mostrar a diversidade da cultura indígena. Mas, este detalhamento, em alguns momentos está associado a generalizações e homogeneização dos povos indígenas.

Apesar de se referir aos índios como “selvagens”, Magalhães não nega o fato de que ao chegar ao Brasil os portugueses encontraram uma terra já habitada e busca em autores da época uma explicação para a existência dos povos encontrados aqui. Entretanto, expressa que os índios só prosperaram com a chegada dos portugueses, pois a partir disso deixaram de ser nômades.

Magalhães, mesmo reconhecendo as técnicas implementadas pelos indígenas, coloca-os na condição de atrasados e incapazes. Do mesmo modo, o autor reconhece a capacidade estética, mas a classifica como rudimentar. Mesmo reconhecendo a capacidade artística, inclusive, admitindo que entre os índios

fossem produzidas as cerâmicas mais belas do Novo Mundo, o próprio autor lamenta pelo fato dos índios não terem inventado a roda e o torno do oleiro.

Estes são só alguns exemplos em que a figura do índio e a sua cultura representam o atraso. Mesmo se utilizando de várias imagens e um detalhamento dos costumes e modo de viver dos índios, há em vários momentos uma tentativa em folclorizar a figura indígena, principalmente pelas imagens.

A partir da análise deste livro posso afirmar que o sentimento de nação foi fortalecido no momento em que o autor se preocupou em apresentar várias informações sobre os índios brasileiros, enfocando aspectos culturais, políticos e religiosos, todavia esse nacionalismo está pautado na idéia de que o homem branco está acima do índio, ou seja, a questão indígena apresenta diversidade, mas é inferior, rudimentar. Posso deduzir, diante disso, que o nacionalismo do Estado Novo se alicerçou fortemente na cultura e no modo de viver do homem branco em detrimento da cultura indígena.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da educação e da Pedagogia**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. O Livro didático como fonte de pesquisa em história da educação. **Cadernos Cedes**, ano XX, n° 52, p. 11-24, novembro/2000

CHOPPIN, Alain. O historiador e o Livro didático. **História da educação, ASPHE**, Pelotas, n.11, p. 5-24, abril/ 2002.

D'ARAUJO, Maria Celina. **A era Vargas**. 1. Ed. São Paulo: Moderna, 1997.

DIA do índio. Disponível em:
<http://www.suapesquisa.com/datascomemorativas/dia_do_indio.htm>. Acesso em: 04 mai 2010.

FREITAS, Neli Klix; RODRIGUES, Haag Melissa. **Imagem e palavra no livro didático**: a comunicação visual e seu caráter mediador na relação aluno e conhecimento **2007**. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais). Universidade do Estado de Santa Catarina- UDESC.

FERREIRA, Rita de Cássia Cunha. **A comissão nacional do livro didático durante o Estado Novo (1937- 1945)**. 2008. 141 f. Dissertação (Área de Conhecimento: História e Sociedade). Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP Universidade Estadual Paulista.

FREITAG, Bárbara; MOTTA, Valéria Rodrigues; COSTA, Wanderley Ferreira da. **O livro didático em questão**. São Paulo: Ed. Cortez, 1989.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. **O Processo de avaliação de livros didáticos na comissão nacional do livro didático**. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PODER VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO. XIX, 2008. São Paulo. **Anais...** Disponível em <[http:// www.anpuhsp.org.br](http://www.anpuhsp.org.br) > Acesso em 03 de junho de 2010.

GATTI JR., Décio. Entre Políticas de Estado e Práticas Escolares: Uma História do Livro Didático No Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (org). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005 p. 380-400. Vol. III.

GRUPIONI, Luis Donisete Benzi. Imagens contraditórias e fragmentadas; sobre o lugar dos índios nos livros didáticos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 77, n. 186, p. 409-437, maio/ago. 1996.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papirus, 1986.

MAGALHÃES, Basílio. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1942.

MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. **A representação sobre os índios nos livros didáticos de história do Brasil**. 2006. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação Popular, Comunicação e Cultura, do Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba).

NOBREGA, Vanbdrick L. **Enciclopédia da legislação do Ensino**. RJ, V, 2, 1952.

OLIVEIRA, Martha Kohl de. **Vygotsky: Aprendizado e desenvolvimento: Um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1997.

SACRISTÁN, J. G.; GÓMEZ, A. I. P. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, Marinete dos Santos. **A educação brasileira no estado novo**. São Paulo: Ed. Livramento, 1980.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquer; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

TELLES, Norma. A imagem do índio no livro didático: equivocada, enganadora. SILVA, Aracy Lopes da Silva (org). **A questão indígena na sala de aula**. São Paulo: Brasiliense, 1987 p. 73-99.

TOTA, Antonio Pedro. **O Estado Novo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

ZOTTI, Solange Aparecida. **O ensino secundário nas reformas Francisco Campos e Gustavo Capanema**: um olhar sobre a organização do currículo escolar. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO IV, 2006, Goiânia. **Anais...** Disponível em< <http://www.sbhe.org.br> >. Acesso em 03 de junho de 2010.

ANEXO A

Tabela I: Dados de alguns livros que circularam no Estado Novo (1937-1945).

Autor	Título da obra	Editora	Ano de Publicação	Informações complementares.
CELSON, Affonso	Porque me ufano do meu país	F. Brigueit & Cia editores, RJ	1937	11a ed. (1a ed. 1900)
BUENO, Silveira	Páginas floridas 5a série ginasial	Saraiva, SP	1938	
WOLFF, Antônio Pedro	Composições Escolares - 2º anno	s/editora	1938	Doação
BRAHE, Tycho	Historias brasileiras - contos para creanças	Quaresma, RJ	1938	Ilustr. Niels
MAGALHÃES, Agenor Couto de	Ensaio sobre a fauna brasileira	Secretaria de agricultura, indústria e comércio do Estado de São Paulo	1939	
VERÍSSIMO, Érico	Aventuras no mundo da higiene	Globo, Porto Alegre	1939	1147a ed. - ilustr. João Fahrion
CAMPOS, Maria dos Reis	Vida na cidade	Francisco Alves, RJ	1939	
PROENÇA, ANTONIO FIRMINO	2o LIVRO DE LEITURA	Melhoramentos, SP	1940	45a ed.
FARIA NETO, F.	Pirulito - 1o livro - leituras infantis	Cia Editora Nacional, SP	1940	13a ed.
FONTES, Ofelia	Pindorama - terra das palmeiras	Muniz- est. Gráficos, RJ	1940	8a ed.
COELHO NETTO & BILAC Olavo	Pátria brasileira, a - educação moral e cívica para os alunos da escolas primárias	Francisco Alves, SP	1940	27a ed. - doação da Bib. Raul Bopp
BUENO, Silveira	Florilégio da Literatura Luso-brasileira - desde o século XII ao século XX	Saraiva, SP	1941	
TÔRRES, Artur de Almeida	Compêndio de Lingua Portuguesa - Gramática Histórica para a 4ª série ginasial	Cia Editora Nacional, SP	1941	Biblioteca Pedagógica Brasileira- doação
AVILA, Aristides	Terra abençoada	Serviço de Informação Agrícola, BRASIL	1941	
GOMES, Francisco	Dia da bandeira, o	Anchieta, SP	1941	doação biblioteca Nuno Santana

FLEURY, Renato Sêneca	Brincar de ler - livro de figuras	Melhoramentos, SP	1942	7a ed. - orientado por Lourenço Filho
PROENÇA, ANTONIO FIRMINO	1o LIVRO DE LEITURA	Melhoramentos, SP	1942	30a ed.
OLIVEIRA, Alaide Lisboa de	CIRANDINHA - leitura intermediária	Francisco Alves, RJ	1942	
BRAGA, ERASMO	Leitura II para o 3o ano escolar	Melhoramentos, SP	1942	115a ed. - revista pelo professor Lourenço Filho
BRAGA, ERASMO	LEITURA IV - 4o ano escolar	Melhoramentos, SP	1942	77a ed.
FLEURY, Renato Sêneca	Na roça - primeiras leituras	Melhoramentos, SP	1942	17a ed.
FLEURY, Renato Sêneca	Na roça - segundas leituras	Melhoramentos, SP	1942	13a ed.
STÁVALE, Jacomo	Primeiro ano de matemática para o primeiro ano dos cursos ginásiais seriados e dos cursos fundamentais das escolas normais	Cia Editora Nacional, SP	1942	18a ed. doação biblioteca Nuno Santana
STÁVALE, Jacomo	Quarto ano de matemática-dos cursos ginásiais seriados e dos cursos fundamentais das Escolas Normais	Cia Editora Nacional, SP	1942	sétima ed. doação
BREINER, Zulmira de Queiroz	Histórias de D. Matemática - frações ordinárias	Vera Cruz, RJ	1942	
SOUZA, Julio Cesar de Mello e	Matemática divertida e fabulosa	Getúlio Costa, RJ	1942	
FLEURY, Gumerindo	Para você, meu filho	s/editora	1942	doado por Haydee Hallier
GICOVATE, Moisés	Geografia para o curso secundário - 3ª série	Melhoramentos, SP	1942	doação
BRAGA, ERASMO	Leitura III - série Braga	Melhoramentos, SP	1943	119a ed. - série revista pelo professor Lourenço Filho
BRAGA, ERASMO	Leitura I para o 2o ano escolar	Melhoramentos, SP	1943	140a ed. - revista pelo professor Lourenço Filho

BRAGA, ERASMO	Leitura III - série Braga - para o 4o ano escolar	Melhoramentos, SP	1943	49a ed. - série revista pelo professor Lourenço Filho
BRAGA, ERASMO	LEITURA INTERMEDIÁRIA	Melhoramentos, SP	1943	101a ed.
FLEURY, Renato Sêneca	Na roça - terceiras leituras	Melhoramentos, SP	1943	9a ed.
JUCÁ, Cândido (filho)	A pronúncia reconstituída do Latim - as falsidades, o conformismo e a Etriocrítica	Ed. Pan-americana, RJ	1943	doação
ALMEIDA, Napoleão Mendes de	Noções fundamentais da língua latina - 1ª série ginasial	Saraiva, SP	1943	2ª ed. - doação
NEVES, J. M. de Castro	Desenho projetivo - lições contendo o programa das escolas militares preparatórias	Cia Editora Nacional, SP	1943	
SOUZA, Julio Cesar de Mello e	Diabruras da matemática	Getúlio Costa, RJ	1943	ilustr. Solon Botelho
SOUZA, Julio Cesar de Mello e	Matemática divertida e diferente	Getúlio Costa, RJ	1943	
FLEURY, Gumerindo	Para você, meu filho	s/editora	1943	2a ed.
SOUZA, Antonieta de Paula & CARVALHO, M. Conceição Vicente de	Geografia de hoje - 1a série ginasial	José Olympio, RJ	1943	
FLEURY, Renato Sêneca	VAMOS LER? - cartilha analítico-sintética	Cia Editora Nacional, SP	1944	15a ed.
FLEURY, Renato Sêneca	VAMOS LER? - leituras intermediárias	Cia Editora Nacional, SP	1944	14a ed.
sem autor	Florilégio nacional ou seleta de trechos em prosa e em versos dos melhores autores brasileiros e portugueses	Salesiana, SP	1944	
SIEGLAR, Ana Teodora	Vocabulário latim-português e português-	Saraiva, SP	1944	

	latim			
NÓBREGA, Vandick Londres da	O Latim do Colégio	Cia Ed. Nacional, SP	1944	doação Calil
CASTRO, Almerindo Martins de	Dicionário de rimas - precedido de estudo "A arte do poeta" por Murillo Araújo	Moderna, RJ	1944	
GICOVATE, Moisés	Geografia do Brasil - 4a série	Melhoramentos, SP	1944	2a ed. doado por Roberval S. Bueno
LENZ, Luiz Gonzaga	Geografia dos continentes - 2a série	Livraria Teixeira, SP	1944	
FLEURY, Renato Sêneca	Brincar de ler - livro de figuras	Melhoramentos, SP	1945	10a ed. - orientado por Lourenço Filho
BRAGA, ERASMO	LEITURA IV - 4o ano escolar	Melhoramentos, SP	1945	89a ed.
LEITE, José Marques & Geraldo de Uihôa Cintra	Língua Portuguesa - antologia e exercícios para a 3a e 4a séries ginasiais	Anchieta, SP	1945	2a ed.
TORRES, Artur de Almeida	Manual de língua portuguesa para a 1a série dos cursos clássico e científico	Cia Editora Nacional, SP	1945	2a ed.
CRUZ, José Marques da Cruz	Português prático - ciclo colegial - para 3ª série do "Colégio" (clássico e científico)	Melhoramentos, SP	1945	
ARGENTIÈRE, R.	Dono do tempo, o - col. O mundo e suas maravilhas	Anchieta, SP	1945	
VAINER, Nelson	Eterna sinfonia das águas, a - col. O mundo e suas maravilhas	Anchieta, SP	1945	ilustr. Belmonte
ARGENTIÈRE, R.	Explorando as ondas do mundo - col. O mundo e suas maravilhas	Anchieta, SP	1945	

ARGENTIÈRE, R.	Fábrica química do corpo humano, a - col. O mundo e suas maravilhas	Anchieta, SP	1945	
ARGENTIÈRE, R.	Gazua da química, a - col. O mundo e suas maravilhas	Anchieta, SP	1945	livro em mal estado
ARGENTIÈRE, R.	História da luz, a - (a luta contra a treva) - col. O mundo e suas maravilhas	Anchieta, SP	1945	
ARGENTIÈRE, R.	História da terra - col. O mundo e suas maravilhas	Anchieta, SP	1945	
VAINER, Nelson	No mundo das serpentes - col. O mundo e suas maravilhas	Anchieta, SP	1945	
ARGENTIÈRE, R.	No reinado do Radium e do Elétron - col. O mundo e suas maravilhas	Anchieta, SP	1945	
VAINER, Nelson	No reino das aves - col. O mundo e suas maravilhas	Anchieta, SP	1945	
ARGENTIÈRE, R.	Ouvindo os fios elétricos - col. O mundo e suas maravilhas	Anchieta, SP	1945	
LEFÈVRE, V.	Romance da terra, o - col. O mundo e suas maravilhas	Anchieta, SP	1945	
LEFÈVRE, V.	Romance do mar, o - col. O mundo e suas maravilhas	Anchieta, SP	1945	
ARGENTIÈRE, R.	Eterna sinfonia das águas, a - o mundo e suas maravilhas	Anchieta, SP	1945	livro paradidático;
ARGENTIÈRE, R.	Fábrica da química do corpo humano - o mundo e suas maravilhas	Anchieta, SP	1945	livro paradidático;
ARGENTIÈRE, R.	Gazua da química, a - o mundo e suas maravilhas	Anchieta, SP	1945	livro paradidático;
ARGENTIÈRE, R.	No reinado do radium e do eletron - o mundo e suas	Anchieta, SP	1945	livro paradidático;

	maravilhas			
SANTOS, Eurico	Entre o gambá e o macaco - vida e costumes dos mamíferos do Brasil	F. Briguier & Cia, RJ	1945	desenhos de Marian Colonna
LEFÈVRE, Virgínia da Silva	Insetos, amigos e inimigos - O mundo e suas maravilhas	Anchieta, SP	1945	livro paradidático;
VAINER, Nelson	No mundo das serpentes	Anchieta, SP	1945	livro paradidático;
VAINER, Nelson	No reino das aves	Anchieta, SP	1945	livro paradidático;
SOUZA, Julio Cesar de Mello e	Grandes fantasias da matemática, as	Getulio Costa, RJ	1945	
ARGENTIÈRE, R.	Aventura do Homem no Espaço e no tempo, a	Anchieta, SP	1945	
BARROSO, ALFREDO	Getúlio Vargas para crianças - volume especial - col. Biblioteca pátria	Empresa de publicações infantis, RJ	s/d	Possivelmente anos 40
SILVA, Joaquim	História geral para o 2o ano ginasial	Cia Editora Nacional, SP	1945	15a ed.
GUANABARA, Paulo	Histórias do Tio João - 2o vol. A Evolução da humanidade	Arturo Vecchi, RJ	1937	
ACQUARONE, F. & VIEIRA, A. de Queiroz	Quadros da história pátria - interpretada por artistas brasileiros	s/editora	1941	
s/autor	Guerra holandesa - suplemento juvenil	s/editora	1942	
MAFRA, ANTONIO	Episódios da história do Brasil - em versos para crianças	s/editora	1943	3a ed.
AZEVEDO, Maria Paula de	História do mundo contada às crianças, A	Livraria Sá da Costa, Lisboa	1944	
MORREL, Martha McBride	Quando o mundo era jovem	Universitária, SP	1945	
IDELFONSO, Frei	História de Jesús para as crianças	Saraiva, SP	1938	3a ed.
MILANO, Attilio	Vida de Nosso Senhor narrada	Brasília	1938	

	pelos poetas			
LUNA, Dom Joaquim G. de	Lírios eucarísticos - traços biográficos de dezesseis crianças amigas de Jesus-hóstia - 1a série	s/editora	1939	2a ed.
LUNA, Dom Joaquim G. de	Lírios eucarísticos - traços biográficos de quinze meninos piedosos de Jesus-hóstia - 2a série	Lumen Christi, RJ	1939	
IDELFONSO, Frei	História de Jesus para as crianças	Saraiva, SP	1940	4a ed.
CAROLSFELD, J. Schonorr - ilustr.	Quadros da Bíblia - o novo testamento	Melhoramentos, SP	1940	livro com ilustrações de trechos da Bíblia
CAROLSFELD, J. Schonorr - ilustr.	Quadros da Bíblia - o velho testamento	Melhoramentos, SP	1940	livro com ilustrações de trechos da Bíblia
NEGROMONTE, Pe. Alvaro	Meu catecismo - para o 2o ano primário	José Olympio, SP	1945	
NEGROMONTE, Pe. Alvaro	Meu catecismo - para o 3o ano primário	José Olympio, SP	1945	
NEGROMONTE, Pe. Alvaro	Meu catecismo - para o 4o ano primário	José Olympio, SP	1945	
VILLA-LOBOS, H.	Canto Orfeônico	Irmãos Vitale, SP	1940	doação
MINISTÉRIO da Educação e Saúde	Brinquedos e jogos - conforme a idade	Ministério da educação e saúde	1939	
LÓPEZ, Emilio Mira	Psicopedagogia da Sociabilidade	União Panamericana/W ash.	1939	Doação da União Panamericana
OLIVEIRA, Cleófano L. de	A exp. De textos e a comp. Literária	Cruzeiro do Sul/SP	1943	Curso normal e secundário
S/AUTOR	Vocação e Orientação	União Panamericana/W ash.	1943	Doação da União Panamericana
COSTA, Emília de Sousa	Na sociedade e na família - regras de convivência - obrigações sociais - usos mundanos - notas íntimas	Livraria Clássica Editora, Lisboa	1937	3a ed. revista e actualizada - adapt. Do francês

PIZA, Wladimir	Livro das mãezinhas, o	s/editora	1940	3a ed.
BREMSCHIED, Pe. Matias de	Donzela cristã, a - no seu ornato de virtudes	Paulinas, SP	1945	11a ed. - Trad. FRAISSAT, Pe. Aurélio
RINALDI, Guimoar da Rocha	Mamãezinha, a pequenas lições de puericultura	Melhoramentos, SP	1945	3a ed.
SERRANO, Isabel de Almeida	Minha casa	Vozes, RJ	1945	
MURILO, Rafael & BASTOS, Miranda	Grandes figuras do Brasil - vol. 2	Biblioteca Patria	1940	Desenhos de Rodolfo
MURILO, Rafael & BASTOS, Miranda	Grandes figuras do Brasil - vol. 1	Biblioteca Patria	1940	Ilustr. Mario Pacheco
MILANO, Miguel	Heróis brasileiros - repertório biográfico de homens notáveis do Brasil	Globo, Porto Alegre	1943	
ALBUQUERQUE, Lêda Maria de	Zumbi dos Palmares	Cia editora Leitura, RJ	1944	Ilustr. Noemia
ACQUARONE, F.	Grandes benfeitores da humanidade, os	Irmãos Pongetti, RJ	1945	5a ed. Revista
OLIVEIRA, José Teixeira de	Vidas brasileiras - 1a série	Irmãos Pongetti, RJ	1945	
ESPINHEIRA, Ariosto	Viagem através do Brasil - Brasil- SUL - Santa Catarina	Melhoramentos, SP	1941	2a. Ed. Ilustrações do autor
Bilac, Olavo e Neto, Coelho	Pátria Brasileira, A (para os alunos das Escolas Primárias)	Francisco Alves, SP	1940	27 ed.
Sette, Mário	Brasil, minha terra!	Ed. Melhoramentos/S P	1943	(Leitura Cívica) 10 ed Paradidático
Lobo, Chiquinha Neves	Glórias Brasileiras - 2a série	sem editora, SP	1944	Paradidático
OLIVEIRA, Alaíde Lisbôa de; FROTA, Zilah & LEITE, Marieta	Poesia no curso primário, a	Francisco Alves, SP	1939	
Fleury, Renato Senêca	série Pátria Brasileira leitura IV	Melhoramentos, SP	1944	orientado pelo prof. Lourenço Filho - 2a ed.
MEIRELLES, CECILIA & CASTRO, Josué de	Festa das letras, a - série alimentação	Globo, Porto Alegre	1937	

ARAUJO, MURILLO	Estrêla azul, a - Coleção Biblioteca Pedagógica Brasileira, série 1 Literatura Infantil vol. 30	Cia Editora Nacional, SP	1940	
CINTRA, ALARICO	Lições de Robertinho - 2a série - episódios da vida real	Irmãos Pongetti, RJ	1935	ilustr. F. Acquarone
MOTTA, OTHONIEL	Selecta moderna - série 2 Livros didaticos vol. 14	Cia Editora Nacional, SP	1936	5a ed.
NEVES, COSTA	KERMESSE	Oficinas Graficas Almanak Laemmert Ltda - RJ	1937	Paradidático - conforme apresentação - ilustr. Geraldo Costa
MEIRELLES, CECILIA	Rute e Alberto resolveram ser turistas	Globo, Porto Alegre	1938	
BEETZ, Von K. O.	Cavalinhos encantados, os	Saraiva, SP	1939	trad. E adapt. José Pinto de Carvalho - em caixa
IVANCKO, Marguerite de Montfort	Gupila e outros contos para crianças	José Olympio, RJ	1939	
CAMARA, João	Amoras de ouro, as - no. 31	Melhoramentos, SP	1942	4a ed. - orient. Lourenço Filho
SCHIMID, Conego	Cumprimento de um promessa, o - no. 34	Melhoramentos, SP	1943	5a ed. - orient. Prof. Lourenço Filho
BARRETO, Arnaldo de Oliveira	Gata borralheira - no. 22	Melhoramentos, SP	1943	8a ed. - orient. Lourenço Filho
BARRETO, Arnaldo de Oliveira	Lago das pedras preciosas, o (do folclore chinês) - n. 16		1943	9a ed.
ANDERSEN, Hans	Patinho feio, o & O anjo - no. 1		1943	11a ed. - orient. Lourenço Filho
MONTEIRO, Jeronymo	Reino da fadas, no - n. 61		1943	5a ed. - orient. Prof. Lourenço Filho
S/AUTOR	Serpente negra - no. 15		1943	
FLEURY, Renato Sêneca	Três grãos de trigo, os - no. 73		1943	1a ed.
ILDEFONSO, FREI	Contos dos meus alunos		1945	

Meirelles, Cecília	Rute e Alberto resolveram ser turistas - contém a matéria do programa de ciências sociais do 3o ano elementar		1938	
SÁ, José D'Almeida Corrêa de	D. João VI e a independência do Brasil - últimos anos do seu reinado		1937	
MURILO, Rafael & BASTOS, Miranda	Grandes figuras do Brasil - vol. 2		1940	Desenhos de Rodolfo
MURILO, Rafael & BASTOS, Miranda	Grandes figuras do Brasil - vol.1		1940	Ilustr. Mario Pacheco
MILANO, Miguel	Heróis brasileiros - repertório biográfico de homens notáveis do Brasil		1943	
ALBUQUERQUE, Lêda Maria de	Zumbi dos Palmares		1944	Ilustr. Noemia
ACQUARONE, F.	Grandes benfeitores da humanidade, os		1945	5a ed. Revista
OLIVEIRA, José Teixeira de	Vidas brasileiras - 1a série		1945	

Fonte: http://acervohistoricodolivroescolar.blogspot.com/biblioteca_monteiro_lobato